Revista trimestral

Repare R2

Participação, transparência e reparação

V1, N°1, Maio a Julho 2026

+EDITORIAL
Revista trimestral apresenta balanço do trabalho da Adai, realizado entre maio e julho na Região 2.

+TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO
Prestação de contas dos Planos de trabalho Anexo I.1 e Participação Informada demonstra nível de participação e engajamento e organização da população atingida.



PROJETO PARAOPEBA ADAI


FIDAI
Bem-vindas e bem-vindos a este primeiro espaço preparatório realizado pela Assessoria Técnica Independente ADAI.
Inicialmente, convidamos todas e todos a fazerem **um minuto** de silêncio em respeito, memória e busca por justiça pelas 272 joias que perderam suas vidas no rompimento da barragem, bem como por seus familiares e entes queridos.

Repare R2

Participação, transparência e reparação

Revista trimestral da Assessoria Técnica Independente da Região 2
Volume nº 1 | Ano 1 | 2026

Publicação da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai, responsável pelo trabalho de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas da Região 2 da Bacia do Paraopeba.

Betim – Minas Gerais
2026

Realização de 1º espaço participativo presencial na R2.
Foto: Felipe Cunha/Adai

ADAi
Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual

PROJETO PARAOPEBA ADAi



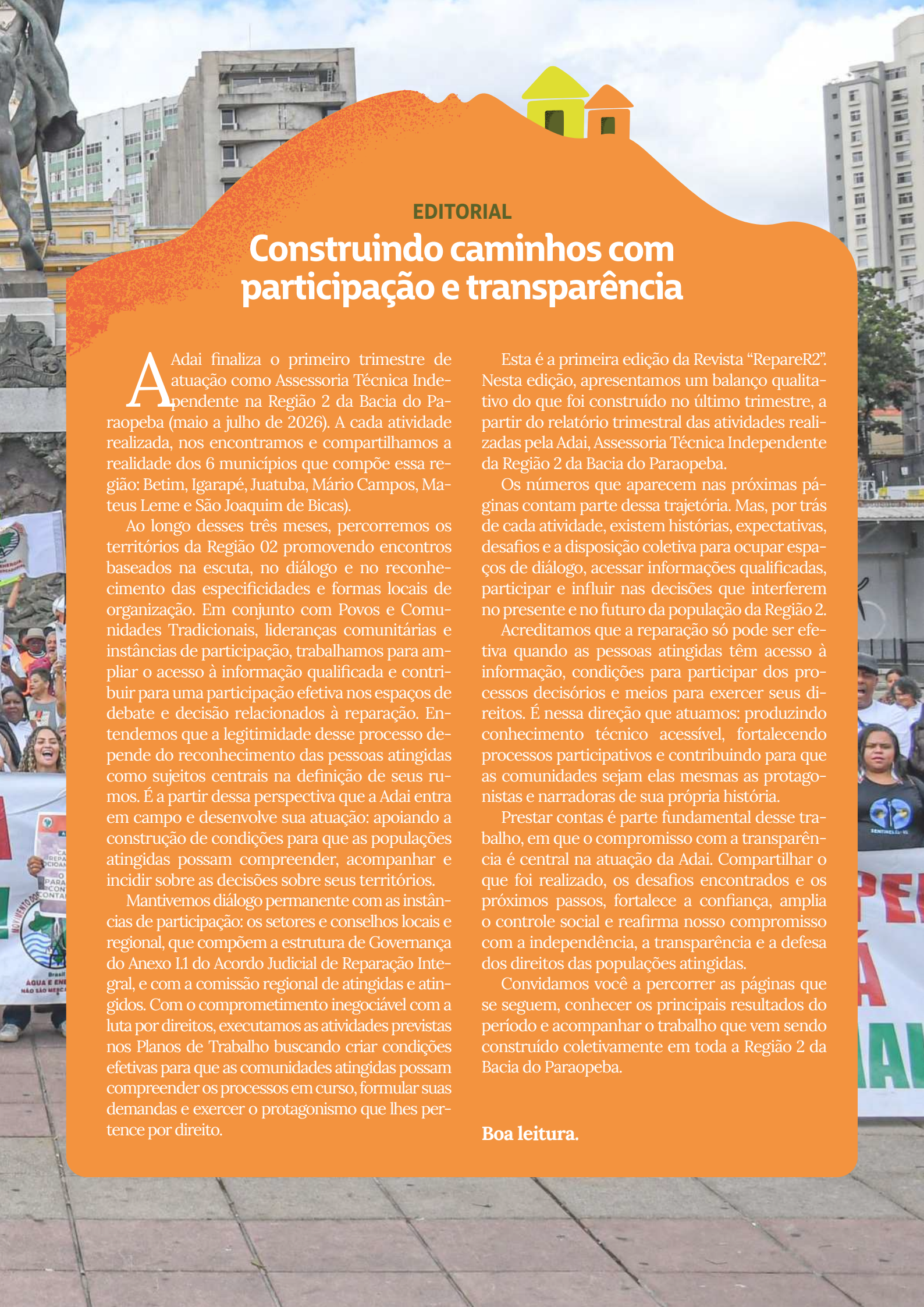
RepareR2 | Volume 01 – Maio a julho 2026 | Periodicidade: Trimestral | Tiragem: 500

Expediente

Revista da Assessoria Técnica Independente da Região 2 da Bacia do Paraopeba
Realização: Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual - Adai

Editora: Diva Braga - Coordenação de comunicação . **Redatores:** Diego Cota - Jornalista, Felipe Cunha - Jornalista, Douglas Andrade - Jornalista, Ian Coelho de Souza Almeida - Coord. de Equipe do Anexo I.1., César Augusto Fernandes Silva - Coord. de equipe da Participação Informada, Karina Morais - Coord.Geral do Projeto Paraopeba, Juliceli Oliveira - Coord. Equipe Administrativa, Thiago Pinho - Coord.Geral do Projeto Paraopeba, Bruna Constantino - Ass. Adm. de Organização Institucional. **Fotografia:** Felipe Cunha, Diego Cota . **Projeto Gráfico e Diagramação:** Julia Rocha - Comunicadora . **Revisão técnica:** Diva Braga, Karina Morais, Ian Coelho de Souza Almeida, André Cavalcante - Assessoria Superior de Projeto, Larissa Assunção - Assessoria Superior de Projeto . **Coordenação Geral - Projeto Paraopeba:** Karina Morais, Thiago Pinho . **Presidência:** Rogério Paulo Hohn

Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual - Adai | CNPJ: 92.413.350/0001-06
Endereço: Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 580 - Centro, Betim - MG, 32600-204 | **Projeto Paraopeba:** https://adaibrasil.org.br/



EDITORIAL

Construindo caminhos com participação e transparência

A Adai finaliza o primeiro trimestre de atuação como Assessoria Técnica Independente na Região 2 da Bacia do Paraopeba (maio a julho de 2026). A cada atividade realizada, nos encontramos e compartilhamos a realidade dos 6 municípios que compõe essa região: Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas).

Ao longo desses três meses, percorremos os territórios da Região 02 promovendo encontros baseados na escuta, no diálogo e no reconhecimento das especificidades e formas locais de organização. Em conjunto com Povos e Comunidades Tradicionais, lideranças comunitárias e instâncias de participação, trabalhamos para ampliar o acesso à informação qualificada e contribuir para uma participação efetiva nos espaços de debate e decisão relacionados à reparação. Entendemos que a legitimidade desse processo depende do reconhecimento das pessoas atingidas como sujeitos centrais na definição de seus rumos. É a partir dessa perspectiva que a Adai entra em campo e desenvolve sua atuação: apoiando a construção de condições para que as populações atingidas possam compreender, acompanhar e incidir sobre as decisões sobre seus territórios.

Mantivemos diálogo permanente com as instâncias de participação: os setores e conselhos locais e regional, que compõem a estrutura de Governança do Anexo I.1 do Acordo Judicial de Reparação Integral, e com a comissão regional de atingidas e atingidos. Com o comprometimento inegociável com a luta por direitos, executamos as atividades previstas nos Planos de Trabalho buscando criar condições efetivas para que as comunidades atingidas possam compreender os processos em curso, formular suas demandas e exercer o protagonismo que lhes pertence por direito.

Esta é a primeira edição da Revista “RepareR2”. Nesta edição, apresentamos um balanço qualitativo do que foi construído no último trimestre, a partir do relatório trimestral das atividades realizadas pela Adai, Assessoria Técnica Independente da Região 2 da Bacia do Paraopeba.

Os números que aparecem nas próximas páginas contam parte dessa trajetória. Mas, por trás de cada atividade, existem histórias, expectativas, desafios e a disposição coletiva para ocupar espaços de diálogo, acessar informações qualificadas, participar e influir nas decisões que interferem no presente e no futuro da população da Região 2.

Acreditamos que a reparação só pode ser efetiva quando as pessoas atingidas têm acesso à informação, condições para participar dos processos decisórios e meios para exercer seus direitos. É nessa direção que atuamos: produzindo conhecimento técnico acessível, fortalecendo processos participativos e contribuindo para que as comunidades sejam elas mesmas as protagonistas e narradoras de sua própria história.

Prestar contas é parte fundamental desse trabalho, em que o compromisso com a transparência é central na atuação da Adai. Compartilhar o que foi realizado, os desafios encontrados e os próximos passos, fortalece a confiança, amplia o controle social e reafirma nosso compromisso com a independência, a transparência e a defesa dos direitos das populações atingidas.

Convidamos você a percorrer as páginas que se seguem, conhecer os principais resultados do período e acompanhar o trabalho que vem sendo construído coletivamente em toda a Região 2 da Bacia do Paraopeba.

Boa leitura.

sumário

Editorial: Construindo caminhos com participação e transparência

"Ao longo desses três meses, percorremos os territórios da Região 02 promovendo encontros baseados na escuta, no diálogo e no reconhecimento das especificidades e formas locais de organização".

pág.05

Da escolha à presença, Adai entra em campo

Linha do tempo, apresenta retomada da Assessoria e primeiros passos que demarcam a entrada da Adai na Região 02

pág.08

Participação, voz e decisões

Balanço dos Espaços Participativos no 1º Trimestre garantem diálogo e construção coletiva

pág.13

Comunicação é presença, escuta e participação

Onde a voz chega. O alcance da Comunicação do Projeto Paraopeba da Adai

pág.22

Segurança da informação e Fake News no contexto da Reparação: como se relacionam?

Notícias falsas para confundir e desorganizar. Como posso minimizar as chances de me tornar uma vítima?

pág.26

Anexo I.1: participação e decisão na construção da reparação

Conheça o Plano de trabalho do Anexo I.1, suas metas e as etapas executadas no trimestre que contribuíram para a construção da Governança e participação nos processos de reparação.

pág.29

Participação Informada, participação e Autonomia

Plano de trabalho da Participação Informada garante direito a informações e acompanhamento sobre os diversos temas da Reparação para as pessoas atingidas da R2

pág.48



Da escolha à presença, Adai entra em campo

RETOMADA. Conheça os primeiros passos que demarcam a entrada da Adai na Região 02 e a retomada do direito à Assessoria Técnica Independente no território

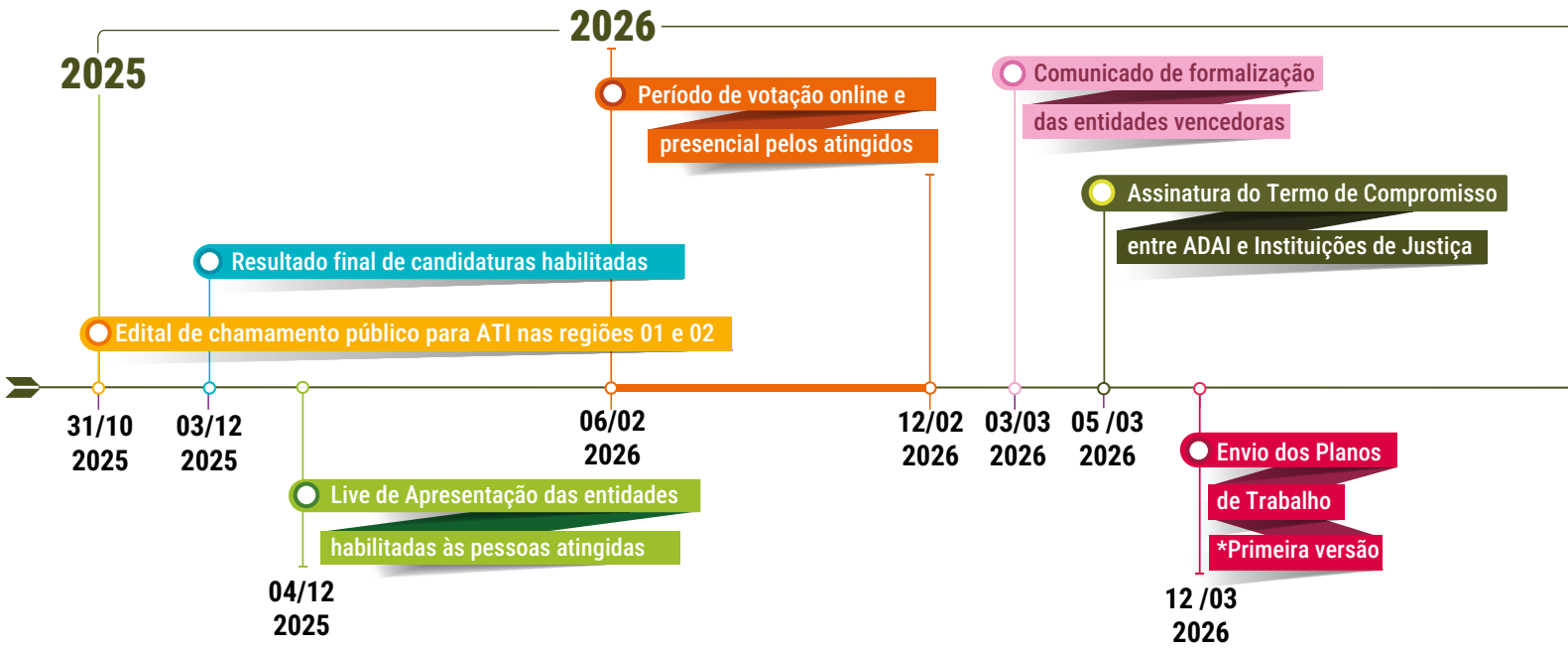
Por Karina Morais

A história da atuação da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai) na Bacia do Paraopeba começa muito antes da chegada da instituição à Região 2. Fundada em 1993, a Adai carrega uma trajetória de mais de três décadas ao lado de populações atingidas por barragens, agricultores familiares, comunidades tradicionais e grupos em defesa de direitos coletivos. Ao longo desse percurso, consolidou uma forma de atuação baseada na educação popular, na organização comunitária e na participação social, princípios que agora orientam sua presença nos municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme.

No contexto da Bacia do Rio Paraopeba, atingida em 25 de janeiro 2019 pelo rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A., em Brumadinho, comunidades rurais, urbanas e tradicionais, passaram a enfrentar severos danos sociais, econômicos, culturais e ambientais. O rompimento despejou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, que atingiram e segue atingindo ao longo dos anos a Bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias.

Com isso, em 2019, Comissões de Atingidas e Atingidos da Bacia do Paraopeba, em Assembleias, elegeram as Assessorias Técnicas Independentes (ATI) que atuariam nas cinco regiões da Bacia do Paraopeba, as quais iniciaram os trabalhos em 2020.

Em um processo de escolha conduzido pelas Instituições de Justiça, a partir de Edital público, em outubro de 2025 as pessoas atingidas da Região 2 foram chamadas a decidir sobre quem deveria dar continuidade à função de Assessoria Técnica Independente (ATI). Em fevereiro de 2026, a Adai foi eleita com 2.679 votos, do total de do total de 3.903, assumindo o compromisso de atuar junto às comunidades atingidas nos Planos de Trabalho do Anexo I.1 e da Participação Informada, referente ao escopo do Acordo Judicial de Reparação (2021).



> A chegada da Adai marcou o início de um novo ciclo: a retomada do direito à Assessoria Técnica Independente na Região 02

A chegada da Adai marcou o início de um novo ciclo: a retomada do direito à Assessoria Técnica Independente na Região 02. Antes mesmo da formalização dos trabalhos, a instituição realizou encontros de apresentação, escuta e aproximação com as comunidades, coletando contribuições que ajudaram a construir os Planos de Trabalho que hoje orientam sua atuação. A proposta foi iniciar o assessoramento não apenas a partir de metas e cronogramas, mas reconhecendo os acúmulos organizativos, as experiências e os conhecimentos construídos pelas próprias pessoas atingidas ao longo dos últimos anos.

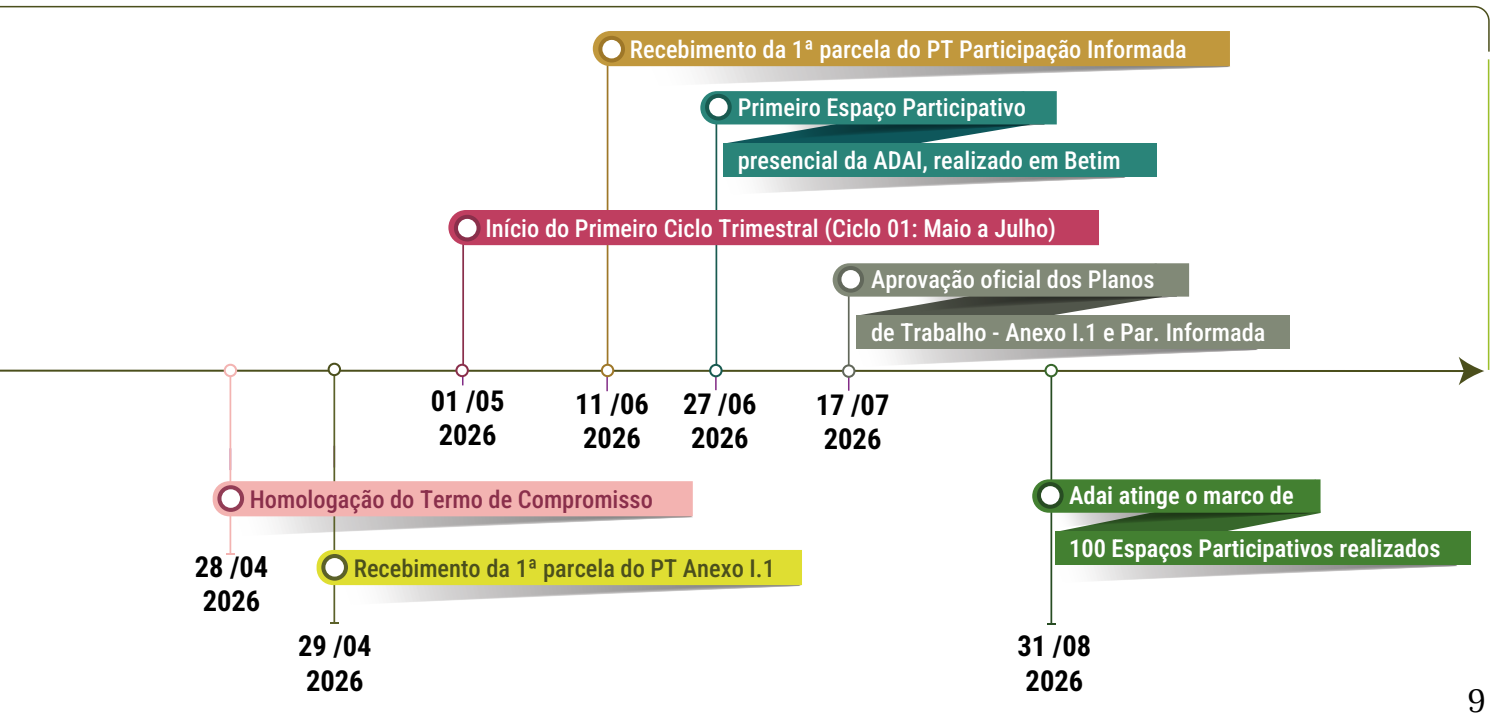
Mais do que executar atividades, o desafio assumido pela Adai é contribuir para que a reparação permaneça ancorada na participação informada, no fortalecimento das organizações populares e na defesa dos direitos coletivos. Em um território marcado pela memória do desastre-crime e pela permanência dos seus danos, cada encontro, reunião, formação, roda de diálogo ou visita técnica representa também a continuidade de uma construção histórica: a luta para que as comunidades atingidas sejam protagonistas das decisões sobre seu presente e seu futuro.

Os primeiros passos que pavimentam a entrada da Adai em território

Assumir como Assessoria Técnica na R2 não é um acontecimento isolado, mas parte de um processo construído coletivamente pelas pessoas atingidas em defesa do direito à participação, à informação qualificada e ao controle social sobre a reparação. Em **31 de outubro de 2025**, foi publicado o edital de chamamento público para escolha das novas Assessorias Técnicas Independentes das Regiões 1 e 2.

Nos meses seguintes, ocorreu a habilitação das entidades candidatas e, em **3 de dezembro de 2025**, foi divulgado o resultado final das instituições aptas a participarem do processo. No dia seguinte, **4 de dezembro**, as entidades apresentaram suas propostas direta mente às pessoas atingidas, em um momento importante de diálogo e de exercício democrático. Entre **6 e 12 de fevereiro de 2026**, a população participou da votação presencial e online que definiria quem assumiria o assessoramento técnico dos territórios.

O resultado dessa escolha foi formalizado em **3 de março de 2026**, quando a ADAI foi anunciada como a entidade vencedora para atuar na Região 2. Dois dias depois, em **5 de março**, foi assinado o Termo de Compromisso entre a ADAI e as Instituições de Justiça, oficializando o início de uma nova etapa de trabalho ao lado das comunidades atingidas.





> O percurso inicial foi marcado por intenso processo de estruturação física, institucional, de composição de equipes e mobilização territorial

Equipe da Adai Paraopeba em diálogo com as pessoas atingidas da Região 2 | Diego Cota/Adai

A partir dali, começou um intenso processo de construção institucional, técnica e territorial. Em **12 de março de 2026**, a ADAI apresentou a primeira versão dos Planos de Trabalho que orientariam sua atuação. O processo seguiu sob acompanhamento da CAMF, que indicou revisões e adequações metodológicas e orçamentárias.

A homologação do Termo de Compromisso, em **28 de abril de 2026**, consolidou juridicamente esse caminho. No dia seguinte, **29 de abril**, foi liberada a primeira parcela referente ao Plano de Trabalho do Anexo I.1. Já em **1º de maio**, teve início o primeiro ciclo trimestral das atividades, marcando o começo efetivo da execução planejada pela assessoria. No entanto, o recebimento do recurso da primeira parcela destinada ao Plano de Trabalho da Participação Informada, ocorreu apenas em **11 de junho**. Cabe destacar que os repasses de recursos do Plano de Trabalho da Participação Informada são de obrigação da Vale S.A, que devem ser realizados por meio de depósito judicial.

Poucas semanas depois, em **27 de junho de 2026**, foi realizado em Betim o primeiro espaço participativo presencial promovido pela Adai. Esse momento simbolizou a chegada concreta da assessoria aos territórios, reafirmando o compromisso com a escuta, a formação e o protagonismo das pessoas atingidas.

O percurso inicial foi marcado por intenso processo de estruturação física, institucional, de composição de equipes e mobilização territorial, ao passo em que os Planos de Trabalho seguiam em revisões, até que, em **17 de julho de 2026**, os Planos de Trabalho do Anexo I.1 e da Participação Informada receberam aprovação oficial. Dois meses depois de entrada em campo, em **31 de agosto de 2026**, a Adai alcançou a marca de **100 espaços participativos realizados**, demonstrando a dimensão territorial e coletiva do trabalho desenvolvido. Este marco destaca que, para a Adai, **a centralidade da vítima não é opção: é premissa**.

Essa breve linha do tempo revela mais do que datas e procedimentos. Ela conta a história de uma construção compartilhada entre as comunidades atingidas, com equipes responsáveis, tecnicamente qualificadas e sensivelmente comprometidas com uma reparação justa e efetivamente participativa. Cada etapa representa a continuidade de uma luta iniciada pelos territórios e reafirma o entendimento de que a reparação só faz sentido quando construída com participação, informação e respeito à autonomia das pessoas atingidas.

Público-alvo: Centralidade e protagonistas da Reparação

A Região 2 reúne os municípios de Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme, abrangendo um território de aproximadamente 961 km² e uma população estimada de 576.498 habitantes, segundo dados do IBGE (2022).

A região concentra o maior número de pessoas atingidas consideradas no Programa de Transferência de Renda, sendo composta por um total de 140 comunidades, sendo 93 comunidades urbanas e rurais assessoradas, além de um expressivo conjunto de Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo uma comunidade indígena, uma comunidade quilombola e 47 comunidades de matriz africana.

Mário Campos

Mário Campos possui 22 comunidades assessoradas: Bela Vista, Bom Jardim, Chácara Maria Antonieta, Campo Verde, Vila Mário Campos/Centro, Vila São Tarcísio, Estância Balneário, Campo Belo, Funil, Vila das Amoreiras, Jardim Primavera, Bambuí, Vila Tânia, Vila Ondina, Vila Lourdes, Vila Eny, Reta 2, Reta do Jacaré, Tangará, Palmeiras, Vila da Serra e São Rafael.

São Joaquim de Bicas

São Joaquim de Bicas possui 26 comunidades assessoradas: FHEMIG, Imperador, Nazaré, Boa Esperança, Tijuca, Tereza Cristina, Tupanuara, Flor de Minas, Vale do Sol I, Vale do Sol II, Primavera, Fernando Costa, Paciência, Residencial Casa Grande, Estância Paraopeba, Santa Rita, Farofa, Campo do Além, Chacreamento do Baú, Estância Serra Negra, Pompéu, Pedra Branca, Serra Verde, Santo Antônio, Funil e Imperador da Mata.

Igarapé

Igarapé possui 7 comunidades assessoradas: Borba Gato, Nossa Senhora de Fátima I, Nossa Senhora de Fátima II, Jardim Ipiranga, Santa Ana, Beverly 1ª Seção e Beverly 2ª Seção.

Betim

Betim possui 23 comunidades assessoradas: Alto Boa Vista, Vila Navegantes, Assentamento 02 de Julho, Colônia Santa Isabel, Vila Cruzeiro, Monte Calvário, Paquetá, Vila Nova, Vila Rica, São Jorge, São José, Fernão Dias 2ª Seção, São Marcos, Vila Sol Nascente, Vila Machadinho, São Salvador I, São Salvador II, C. H. Dicalino de Cabral, Jardim Paulista, Furtado/Vale Verde, Flores e Floresta, Charneca e Limas.

Juatuba

Juatuba possui 15 comunidades assessoradas: Francelinos, Vargem Santo Antônio, Residencial Coqueiro Verde, Eldorado, Colorado, Cidade Satélite, Ponte Nova, Nova Esperança, Diamantina, Industrial Castelo Branco I, Industrial Castelo Branco II, Samambaia, Veredas da Serra, Sítio São Pedro e Santa Fé.

Mateus Leme

Em Mateus Leme, o atendimento é voltado especificamente aos Povos e Comunidades Tradicionais e se organiza em seis Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs): Bakise Bantu Kasanje, Bakise Mona Ixi, Nzo Nguzu Kukia e Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora das Graças, Quilombo de Vó Maria e Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário de Azurita

Povos e Comunidades Tradicionais na Região 2

Em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), são assessoradas 48 comunidades, de forma a garantir seus direitos específicos, a Comunidade Indígena Aranã, em Juatuba; uma comunidade quilombola, o Quilombo Família Zé Pretinho, em Mário Campos, e 46 comunidades de religião de matriz africana, que reúne comunidades das tradições e nações Angola, Angola-Muxicongo, Ketu, Jeje, Umbanda, Omolocô e Reinado.

São eles:

1. Bakise Bantu Kasanje
2. Bakise Mona Uakongo
3. Caminhos de Ogum / Nzo Mona Jindanji
4. Casa de Pai Benedito
5. Casa de Umbanda Pai José de Angola
6. Centro Cultural Afro Brasileiro Ilê Asé Olodum
7. Centro Cultural Religioso e Afro Brasileiro Ilê D' Loyá
8. Tenda Cabocla Janaina
9. Centro Espírita Aldeia de Canjira
10. Centro Espírita Mãe Maria Conga de Aruanda
11. Centro Espírita Nossa Senhora do Rosário

12. Centro Espírita Vovó Ana de Moçambique
13. Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário do município de Igarapé
14. **Comunidade Indígena Aranã.**
15. Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora das Graças
16. Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário de Azurita
17. Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Betim
18. Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião de Juatuba
19. Ile Àse Baba Jacunam Joei
20. Ilê Axé Alá Tooloribi
21. Ilê Axé Bàbá Odearoomi
22. Ilê Axé Iya Omi Oju Okan
23. Ilè Axé Palacio de Oxossi
24. Ilê Olu Ayê
25. Ilê Axé Baba Odé Orum Omin
26. N'zo Kissaba Kilembe Netos do Bate-Folhinha
27. Nzo Atim Kaiango Ua Mukongo
28. Nzo Atim Kilumin Uá Nzila
29. Nzo Atim Ngunzo Ua Kaiaia
30. Nzo Nguzu Kukia
31. Bakise Mona Ixi
32. Nzo Nguzu Menha N'dandalunda
33. Nzo Nvula Kilumbu
34. Oyá Izo Ojú Omí
35. Quilombo de Vó Maria
36. **Quilombo Família Zé Pretinho**
37. Reinado de Nossa Senhora do Rosario da Colônia de Santa Isabel
38. Reinado de Rosário de Maria
39. Templo Cigano São Sebastião e Santa Bárbara
40. Templo de Umbanda Cigana Xangô e Iemanjá
41. Templo de Umbanda Luz dos Orixás
42. Templo Sagrado Sansão de Fogo
43. Tenda Cigana Guerreiros de Ogum
44. Tenda de Preto Velho Luz de Aruanda
45. Tenda de Umbanda São Jorge Guerreiro
46. Tenda Umbandista Nossa Senhora da Conceição
47. Terreiro Vovó Maria Conga
48. Ylê Axé Orixá Xangô










Em síntese

Atualmente, 140 **comunidades** da Região 2 são assessoradas pela Adai, **sendo 48 delas** Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Esse conjunto de comunidades forma o público da atuação da ATI e está no centro das ações e metas previstas no Anexo I.1 e na Participação Informada, que busca garantir a participação das pessoas atingidas na construção dos projetos de reparação.








Participação voz e decisões

BALANÇO. Espaços Participativos no 1º Trimestre garantem diálogo e construção coletiva

Da redação

A participação informada é o coração do trabalho da atuação da Adai, na Assessoria Técnica Independente na Região 2 da Bacia do Paraopeba. Ao longo do primeiro trimestre de execução (maio a julho de 2026), foram promovidos diversos encontros, reuniões e formações nas comunidades para garantir que cada comunidade atingida tenha acesso à informação clara, espaço para falar de suas realidades e poder de decisão sobre os processos de reparação em curso.

A atuação da Assessoria Técnica Independente está organizada em dois Planos de Trabalhos, sendo o Plano de Trabalho da Participação Informada e o Plano de Trabalho do Anexo I.1, que definem escopo de atividades, metas e objetivos a serem realizados no período de 18 meses.



Conselheiros Regionais da R2 em espaço preparatório para definição de projetos regionais | Diego Cota/Adai

Espaços Participativos

Os espaços participativos previstos nos Planos de Trabalho do Anexo I.1 e da Participação Informada, são fundamentais para o fortalecimento da autonomia das lideranças, que compõem comissões, conselhos e setores e que constroem a ponte entre as Instâncias de participação e suas comunidades.

Os espaços adotam diferentes formatos e metodologias, conforme os temas e públicos, funcionando como canais de formação, deliberação, circulação e socialização de informações entre comunidades, territórios e instâncias de participação.



Espaço Preparatório com o Conselho Local em Igarapé
Diego Cota/Adai

TIPOS DE ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

Descrição	Plano de trabalho		Espaço Participativo
Espaços de diálogo, informação e decisão sobre o Anexo I.1 em nível local	Part. Informada	Anexo I.1	**Reuniões Instâncias locais (conselhos e setores)**
Espaços de diálogo, informação e sobre os temas da reparação em nível local	Part. Informada		**Reuniões Instâncias locais do Sistema de Participação**
Espaços de diálogo, informação e decisão sobre os temas da Reparação	Part. Informada		**Reuniões Instâncias Regionais do Sistema de Participação**
Espaços de diálogo, informação e decisão sobre o Anexo I.1 próprio dos PCTs, respeitando a autoidentificação, autodefinição e auto-organização, respeitando a Convenção nº 169 da OIT.	Part. Informada		**Reunião instância do Sistema de Participação - PCTs**
Espaços de diálogo, informação e decisão sobre o Anexo I.1 em nível regional.	Part. Informada	Anexo I.1	**Reuniões Instâncias Regionais (Conselhos e Setores)**



Processo formativo presencial e/ou on-line, de multiplicação dos temas da reparação e do Anexo I.1, por meio de cursos, oficinas e seminários.	Part. Informada	Anexo I.1	**Formação**
Espaços coletivos de escuta, e construção conjunta, podendo ser de Preparação e de multiplicação das etapas do Anexo I.1,		Anexo I.1	**Rodas de diálogo**
São espaços amplos de intercâmbio e construção coletiva que reúnem pessoas atingidas, comunidades e outros atores para compartilhar saberes, experiências, informações e propostas relacionadas ao Anexo I.1 e demais temas da Reparação	Part. Informada	Anexo I.1	**Troca de Saberes**
Espaço de acolhimento, registro e encaminhamento as demandas relacionadas aos temas do Acordo.	Part. Informada	Anexo I.1	**Visitas Técnicas**
Representação e participação das pessoas atingidas em espaços externos de formação, diálogos e negociação com outros atores.	Part. Informada		**Reunião com atores externos**
Espaços da inauguração das instâncias da governança popular, e espaços formativos executados nas instâncias do anexo I.1, a nível local, regional e inter-regional.		Anexo I.1	**Espaços da Entidade Gestora (logística)**



Metodologia

A atuação da Adai no Projeto Paraopeba é orientada por uma metodologia participativa, baseada na Educação Popular e na construção coletiva. O trabalho é desenvolvido com as comunidades atingidas, considerando seus saberes, experiências, especificidades, necessidades e formas de organização.

Princípios metodológicos:

Centralidade e protagonismo das pessoas atingidas: as necessidades, dúvidas e reivindicações das comunidades orientam o trabalho, a partir do princípio de centralidade do sofrimento das vítimas;

Respeito aos territórios e aos saberes locais: a atuação considera modos de vida, conhecimentos, práticas e especificidades de cada comunidade;

Continuidade da organização popular: a Adai busca reconhecer e fortalecer os processos participativos e os acúmulos construídos nos territórios;

Articulação de saberes: Garantia de participação qualificada de diferentes grupos e públicos, articulando saberes entre conhecimentos técnicos, científicos, tradicionais e populares.

Acessibilidade e inclusão: a organização das atividades deve reduzir barreiras à participação e considerar diferentes públicos;

Transparência e controle popular: informações, registros e prestação de contas ajudam as pessoas atingidas a acompanharem o trabalho da ATI;

Monitoramento contínuo: as ações são registradas, avaliadas e ajustadas conforme as necessidades e os aprendizados do processo.

Educação Popular: formação, troca de saberes, reflexão crítica e fortalecimento da autonomia.

Fortalecimento da participação popular: continuidade e valorização das organizações e instâncias participativas já existentes.

Transparência e controle popular: diálogo permanente com as comunidades e abertura para avaliação, críticas e sugestões.

Eficiência e economicidade: gestão responsável dos recursos, processos e equipes.

Monitoramento e avaliação contínuos: acompanhamento e avaliação das ações, resultados e indicadores para aprimorar o trabalho.

Responsabilidade socioambiental: respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente em todas as etapas da atuação.



Adai fortalece a participação das pessoas atingidas na Governança Popular | Diego Cota/Adai

A metodologia da Adai parte do princípio de que a reparação deve ser construída junto com as pessoas atingidas, e não para ou sobre elas, articulando participação popular, conhecimento técnico e saberes comunitários.

Abaixo, apresentamos o que foi construído coletivamente nesse período.

1. Onde e como nos reunimos: presença ativa no território

Os espaços participativos ocorreram tanto de forma **presencial** — diretamente nas comunidades — quanto **virtual**, facilitando o engajamento das lideranças.

- **Diversidade de territórios:** Os encontros aconteceram em todos os municípios e em diversas comunidades, tais como:
  - **Betim:** Sol Nascente, Citrolândia, São Marcos, São Salvador, Monte Calvário, Assentamento 2 de Julho e Colônia Santa Isabel.
  - **Juatuba:** Francelinos, Satélite/Ascotélite e Comunidade Indígena Aranã–Veredas da Serra.
  - **São Joaquim de Bicas: Primavera, Tereza Cristina, Imperador e Recreio do Lago 2.**
  - **Mário Campos:** Centro, Bom Jardim, Maria Antonieta, Reta do Jacaré, Reta 2 e Quilombo Zé Pretinho.
  - **Igarapé:** Santa Ana e comunidades vizinhas.
  - **Mateus Leme:** Azurita e entorno.

- **Mobilização popular:** Até julho de 2026, data referência deste documento, foram realizados 46 espaços participativos, com 1.259 participações, das quais 846 foram de mulheres. Apenas em nossa primeira Live, de formação em Governança Popular, houve mais de 450 participações, com emissão de certificado. Todos esses espaços promovidos pela Adai, com compromisso ético e qualidade técnica.

2. O que foi debatido e construído no trimestre?



Nos primeiros encontros territoriais, a equipe da Adai apresentou o contexto de elaboração de seus planos de trabalho, fez um resgate do histórico do processo e reafirmou o compromisso com a transparência, a comunicação contínua e a centralidade da voz das pessoas atingidas.

Os encontros abordaram pautas estratégicas para organizar as comunidades e avançar na reparação dos danos causados pelo rompimento.

2.1 Anexo I.1

A) Inauguração e Organização dos Conselhos Locais e Setores

A etapa de inauguração dos **Conselhos Locais (CLs), Conselho Regional e Setores**, foi integralmente cumprida, validando as composições das lideranças, discutindo os regimentos internos de funcionamento e estabelecendo a estrutura de Governança Popular para que as comunidades decidam sobre as próximas etapas do Anexo I.1 de forma organizada e autônoma.

B) Levantamento e Priorização de Danos

As pessoas atingidas apontaram os danos mais urgentes enfrentados no cotidiano, priorizando áreas fundamentais como:

- Segurança alimentar e geração de renda;
- Acesso à água potável e saneamento;
- Apoio socioassistencial e saúde mental;
- Fortalecimento da agricultura familiar, reciclagem e infraestrutura local.

C) Ideias de Projetos Comunitários

Com base nas prioridades definidas, as comunidades apresentaram, debateram e começaram a detalhar propostas práticas de projetos. Até este momento, os diálogos realizados foram em nível local, em conselhos ou setores. Entre as ideias que foram levantadas, podemos citar:

Entre as ideias que foram levantadas, podemos citar:


Finalização da construção da Capela da Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora das Graças em Mateus Leme.


Empreiteira Popular em São Joaquim de Bicas


Centro de Referência Comunitária em São Joaquim de Bicas


Piscicultura - Projeto de criação de peixe em São Joaquim de Bicas


Cooperativa de Transporte em Betim


Horta Comunitária na Comunidade em Betim


Captação de água da chuva individual e poço artesiano coletivo em Betim


Abrigo para animais abandonados em Betim


Regularização da AMAI (Associação de mulheres atingidas) em Igarapé


Cozinha Comunitária em Juatuba


Retomada e conclusão da construção do Centro Social de Francelinos em Juatuba


Formação de confecção de instrumento para o congado em Mário Campos


Projeto de Reciclagem e horto medicinal e tempero em Mário Campos


Reativação e revitalização do movimento do Sarau Lago em Mário Campos

Estas e diversas outras ideias de projetos foram dialogadas durante os primeiros espaços participativos. Parte delas foram validadas e aprovadas nos meses seguintes. Diversos momentos diálogo continuaram a ocorrer, as comunidades aperfeiçoaram suas propostas e chegaram, até o fim de setembro, nas decisões dos projetos que deverão ser implementados na primeira onda.

D) Finanças Solidárias e Microcrédito

Nestes três primeiros meses, os diálogos sobre crédito e microcrédito foram iniciados através de espaços da Entidade Gestora chamados "Diálogo Regional Mensal – Finanças Solidárias". A Entidade Gestora iniciou o debate sobre as possibilidades de reparação do Anexo I.1 que trata de Crédito e Microcrédito, Bancos Solidários e Fundos Rotativos Solidários. Houve reunião em formato online, contou com a participação de 38 pessoas atingidas, sendo 38 mulheres, com o acompanhamento técnico da Adai.

E) Respeito às Especificidades Tradicionais

Foram garantidos momentos de escuta e construção direta com o povo indígena Aranã–Veredas da Serra, com a comunidade quilombola Zé Pretinho e com coletivos de mulheres (com proposta de criação de setores específicos de mulheres atingidas).

No caso o Quilombo Família Zé Pretinho, foi realizado um espaço participativo para aproximar a comunidade da reparação via Anexo I.1. Dado a inserção posterior no processo de assessoramento com a ATI anterior (Aedas) e com a Entidade Gestora, sua participação iniciou após a conformação da estrutura das instâncias. Isso significa que a R2 ainda não possui um Setor específico para os quilombolas. A Adai dialogou com a Entidade Gestora, garantiu sua participação desde o início no I.1 e indicou os diálogos para que o processo piloto tenha como um dos resultados a possibilidade de criação deste setor específico para as comunidades quilombolas. Atualmente, a comunidade Quilombola Família Zé Pretinho está inserida no Setor 2, junto a Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, sem qualquer prejuízo na garantia de participação e incidência.

2.2 Participação Informada

Entre maio e julho de 2026, a Participação Informada orientou a retomada do trabalho da ADAI junto às comunidades da Região 2, fortalecendo o direito das pessoas atingidas ao acesso à informação e à participação nas decisões sobre a reparação. No período, a ATI estruturou sua equipe e seus fluxos de trabalho, retomou o diálogo com comissões, lideranças e Povos e Comunidades Tradicionais e ampliou a presença nos territórios. Em junho e julho, foram realizados espaços participativos, ações de formação, acompanhamento de agendas junto a atores externos, vinculados ao Acordo Judicial de Reparação, apoio à retomada da Governança Popular e produção de informações acessíveis sobre os diferentes temas da reparação. Essas ações buscaram garantir que as pessoas atingidas pudessem compreender os processos, apresentar dúvidas e propostas, acompanhar encaminhamentos e fortalecer sua autonomia e controle social sobre a reparação.

3. Próximos Passos e Encaminhamentos

Os resultados colhidos nos espaços participativos do 1º trimestre já geraram encaminhamentos concretos:

1. **Sistematização e Detalhamento Técnico:** a Adai segue apoiando as comunidades para garantir viabilidade orçamentária e técnica para as ideias de projetos validadas.
2. **Diálogo com a Entidade Gestora:** agendamento e realização de reuniões de apresentação das propostas das comunidades à Entidade Gestora para viabilizar a execução dos projetos.
3. **Continuidade das Formações:** realização de novos encontros formativos sobre direitos, governança popular, elaboração de projetos e acompanhamento da reparação.

Investimento e Estrutura: como viabilizamos a participação popular

Para que os espaços participativos aconteçam com qualidade e acolhimento em todas as comunidades da Região 2, os Planos de Trabalho da assessoria técnica reservam recursos voltados diretamente à infraestrutura e logística dos **Espaços Participativos (EPs)**. Esse investimento cobre desde o transporte das equipes e lideranças até a alimentação nas reuniões, locação de espaços comunitários e recursos de comunicação e tecnologia para garantir a participação presencial e virtual. Eles serão detalhados nas seções do Anexo I.1 e Participação Informada, mas é possível conferir a seguir quais são os principais custos que temos para viabilizar os Espaços Participativos.



PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CUSTOS DE APOIO AOS ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

Bloco de Despesas	O que inclui?	Finalidade e Impacto nas Comunidades
1. Transporte e Deslocamento	Aluguel de veículos da equipe, combustível, pedágio e transporte rodoviário/urbano.	Garante a ida dos técnicos até as comunidades mais distantes e o deslocamento de lideranças e conselheiros para os encontros.
2. Acolhimento e Alimentação	Fornecimento de lanches, refeições e água potável durante as reuniões e oficinas.	Assegura condições dignas e acolhedoras para que os atingidos participem dos debates e plenárias comunitárias.
3. Infraestrutura e Locação de Espaços	Aluguel de espaços comunitários, tendas, som, conservação e adaptação de locais de reunião.	Viabiliza locais seguros e acessíveis nos bairros, aldeias, assentamentos e centros comunitários.
4. Comunicação, Tecnologia e Conectividade	Serviços digitais, plataformas para reuniões virtuais, materiais impressos e informativos.	Permite a realização de encontros virtuais, transmissão de informações claras e ampla convocação da população.
5. Apoio Específico aos Encontros e Governança	Custos de realização das reuniões dos Conselhos Locais, Setores Regionais, Povos Tradicionais e encontros com a Entidade Gestora.	Fortalece a organização popular, as rodas de diálogo e a validação técnica das propostas de reparação.

A sua presença faz a diferença! Todos os avanços conquistados até aqui **são fruto** da mobilização e da união das pessoas atingidas. Continue participando das reuniões do seu Conselho Local, trazendo suas propostas e acompanhando os informes da assessoria técnica. A reparação justa só acontece com a participação efetiva de quem vive o território. **Até o fechamento desta revista a Adai já havia ultrapassado a marca de:**





Comunicação é presença, escuta e participação

Comunicação é presença, escuta e participação

ALCANCE. Como a comunicação popular contribui para a participação informada

Por Douglas Andrade

A Comunicação Popular é a base política e metodológica de atuação da Adai. Essa perspectiva entende a comunicação para além da transmissão de informações, constituindo-se também como um processo de diálogo, construção coletiva e fortalecimento da participação social. Em um contexto de reparação, comunicar também significa criar condições para que diferentes vozes, saberes, experiências e perspectivas circulem e sejam considerados nos processos que envolvem a vida e os direitos das pessoas atingidas.

O caráter popular da comunicação está diretamente relacionado às comunidades, aos territórios e às pessoas atingidas, que devem estar no centro dos processos de reparação. Os saberes construídos a partir das experiências nos territórios são parte importante da produção de conhecimento e orientam as estratégias de comunicação do Projeto Paraopeba. A Adai busca, assim, construir processos comunicacionais a partir das realidades, memórias, trajetórias, formas de organização e diferentes maneiras de compreender e narrar as vivências de cada território.

A comunicação busca transformar informação qualificada em participação e fortalecimento da autonomia. As informações sobre o processo de reparação devem ser transparentes, compreensíveis, acessíveis e úteis, contribuindo para que as pessoas atingidas conheçam seus direitos, compreendam os contextos em que estão inseridas, acompanhem os processos e possam participar das decisões que interferem em suas vidas.













Equipe de Comunicação em campo. /Acervo Adai

A produção de conteúdos considera as diferentes formas de acesso e compreensão da informação, utilizando diferentes linguagens e formatos, adequados aos distintos públicos e territórios. Ter uma linguagem acessível não significa reduzir a complexidade dos temas, mas encontrar formas de apresentá-los com nitidez, preservando as informações, os contextos e os aspectos necessários para a compreensão e o exercício de direitos.

A comunicação da Adai também traz a escuta e a construção de relações horizontais, ou seja, de troca, colaboração, diálogo e compartilhamento de responsabilidades entre Assessoria e atingidos, organizados em suas instâncias de participação.

As demandas, dúvidas, percepções e propostas das pessoas atingidas ajudam a orientar os processos comunicacionais e a identificar necessidades de aprofundamento de temas, informações, formatos e meios de circulação. Na construção da linguagem, também são considerados os modos próprios de falar, narrar, compartilhar experiências e produzir conhecimento presentes em cada território.
Essa perspectiva é especialmente importante na relação com os Povos e Comunidades Tradicionais, considerando suas identidades, culturas, modos de vida, formas de organização,

Os saberes construídos a partir das experiências nos territórios são parte importante da produção de conhecimento e orientam as estratégias de comunicação do Projeto Paraopeba

conhecimentos e tradicionalidades. A comunicação busca respeitar essas especificidades e reconhecer as formas próprias de cada comunidade produzir e transmitir seus conhecimentos, evitando abordagens que generalizem experiências ou deixam de considerar suas particularidades.

A nossa comunicação é Popular, porque está comprometida com a real democratização da informação, a valorização dos saberes dos territórios e o fortalecimento da capacidade das comunidades de se expressarem e participarem dos processos de reparação. Ao ampliar o acesso à informação e dar espaço para diferentes conhecimentos e narrativas, a comunicação contribui para a autonomia, a organização coletiva e a defesa de direitos.

O objetivo central é contribuir para que o processo de reparação integral seja participativo, transparente e acessível, mantendo como principal fonte e referência as pessoas atingidas, a diversidade dos territórios e a voz coletiva das pessoas atingidas da Região 2.

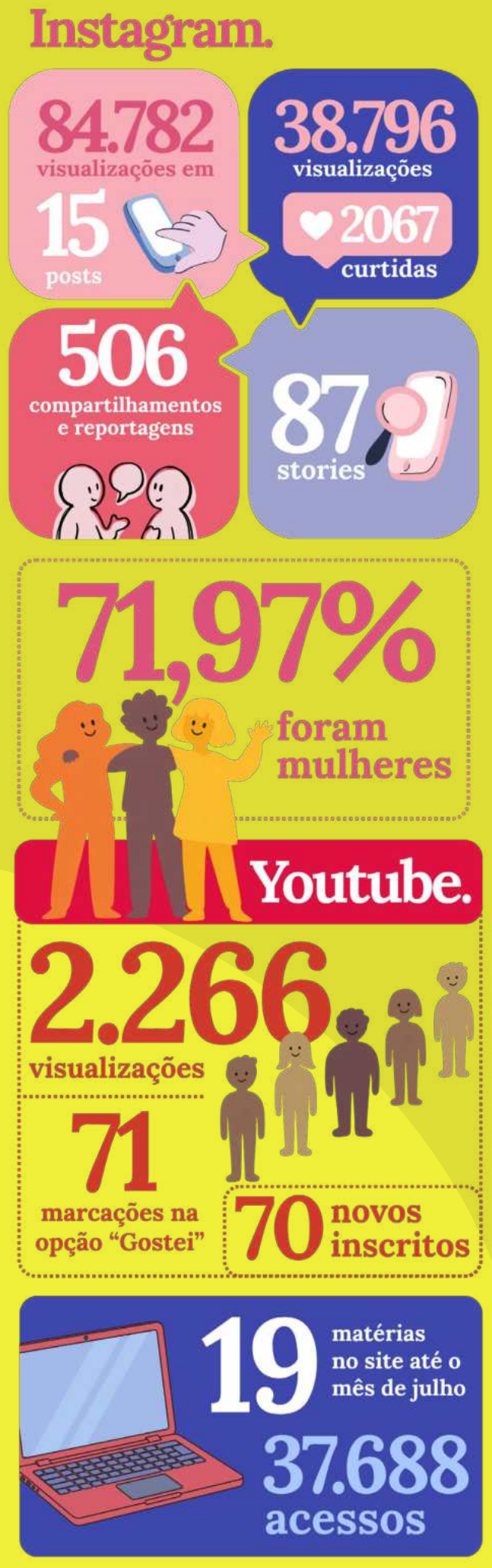


Onde a voz chega
O alcance da Comunicação

A comunicação cumpre um papel fundamental no fortalecimento da participação, da autonomia, da transparência e da construção de relações entre os diferentes públicos da Região 2. Para compreender o alcance e os resultados das ações desenvolvidas no primeiro trimestre de execução dos Planos de Trabalho, utilizamos "métricas". Métricas é um conjunto de informações que ajudam a acompanhar o que foi realizado e os resultados gerados. Mais do que números, essas métricas permitem identificar avanços, reconhecer desafios e orientar melhorias, oferecendo um panorama sobre como as estratégias de comunicação contribuíram para ampliar o diálogo, a circulação de informações e o engajamento dos territórios.
O primeiro trimestre de trabalho da Comunicação, compreende os meses de maio, junho e julho. Esse ciclo corresponde a um ciclo de estruturação, implementação e consolidação das estratégias de comunicação no território. Nesse período, as ações buscaram ampliar a circulação de informações sobre o processo de reparação, fortalecer a presença da Adai nos espaços de diálogo e participação e aproximar a comunicação das experiências e demandas das comunidades atingidas.

As métricas apresentadas a seguir reúnem os principais resultados desse primeiro ciclo, considerando duas frentes de atuação: a comunicação nas redes sociais e as coberturas realizadas em espaços participativos. Os dados ajudam a visualizar o alcance e a presença da comunicação no período, além de registrar a produção de conteúdos e o acompanhamento de espaços de participação.

Mais do que apresentar números, esse levantamento busca registrar o trabalho realizado nesse primeiro ciclo e oferecer uma visão sobre os caminhos que a comunicação vem construindo no território, dando visibilidade às pautas, aos espaços de participação e às experiências das pessoas atingidas.



Comunicar é fazer travessia: transformar escuta em palavra, palavra em encontro e encontro em participação.



Pessoas atingidas consultam cartilha da Adai Paraopeba sobre o processo de reparação. | Felipe Cunha/Adai

Segurança da informação e Fake News no contexto da Reparação: como se relacionam?

Por Juliceli Oliveira

Em agosto de 2026, 32% dos usuários de internet, com 16 anos ou mais, revelaram ter sofrido tentativas de golpes com o uso de seus dados pessoais, enquanto 20% afirmaram ter sido vítimas desse tipo de crime. Esses 32% equivalem a cerca de 45 milhões de pessoas. Esses dados foram publicizados a partir do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – responsável por produzir indicadores e análises sobre o acesso, o uso e a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil.

Os aplicativos de mensagens e as chamadas telefônicas estão entre os canais mais mencionados pelos usuários, 84% e 79% respectivamente, seguidos de sites ou aplicativos falsos (71%), SMS (71%), e-mail (69%) e redes sociais (67%).

Mas, o que isso tem a ver com as Fake News?

Apesar de não haver uma estatística que relacione, diretamente, as *Fake News*, ou **"notícias falsas"**, com as tentativas de golpe, elas geralmente são utilizadas para explorar crenças e vulnerabilidades pessoais, gerando interesse.

E é aí que mora o perigo. Tudo isso faz parte de algo muito maior, chamado de engenharia social.

O termo "engenharia social" se refere a um conjunto de técnicas utilizadas para conhecer comportamentos, emoções, hábitos e interesses pessoais, que são usados para atrair as pessoas. Nesse sentido, utilizam-se desses potenciais atrativos, para levá-las a acreditar em falsas afirmações e, muitas vezes, em falsas promessas.

Notícias falsas para confundir e desorganizar

Um exemplo: o que mais atrai as pessoas que foram atingidas pelo desastre-crime provocado pela Vale? A reparação.

Não é difícil, nesse caso, entender que toda e qualquer notícia relacionada ao processo de reparação, e tudo que o envolve, vai atrair a atenção tanto das pessoas atingidas, quanto de técnicas e técnicos das ATIs. Dessa forma, uma notícia com esse conteúdo gera interesse e acaba circulando muito facilmente, através dos vários meios já mencionados anteriormente, como via e-mail e Whats App, por exemplo.

E é aí que está a relação das Fake News com a segurança da informação.



Crédito: Diva Braga

Um texto curto, com uma chamada, um título, com conteúdo de interesse circula, junto com um link, que leva até o texto completo. Esse link pode abrir uma porta para que seu equipamento (celular, computador) seja infectado, tornando seus dados vulneráveis. Do seu número de Whatsapp às senhas dos aplicativos de banco, tudo pode ficar à disposição do golpista, que pode utilizar tudo isso para golpes de todos os tipos, inclusive em terceiros, gerando prejuízos que nem sempre poderão ser compensados.

Esse tipo de golpe tem um nome bem sugestivo: *phishing*, que deriva da palavra em inglês *fishing*, que significa "pescando". Eles, literalmente, tentam "pescar" novas vítimas.

E como posso minimizar as chances de me tornar uma vítima?

Ter a certeza de que o link que recebeu é de uma fonte confiável é um bom começo.

Mas não adianta nada verificar a fonte depois de já ter clicado no link. Ao clicar no link, o usuário já abriu as portas para um golpe. É importante que a verificação ocorra antes.

Algumas dicas:

Desconfie de mensagens que levem a uma urgência no acesso ou que tragam uma ameaça de qualquer tipo. Coisas do tipo: "acesse imediatamente", "sua conta será bloqueada", "última oportunidade", entre outros.

Verifique o endereço informado. É importante você conhecer os endereços das instituições com as quais se relaciona e que têm potencial para enviar mensagens legítimas, como, por exemplo, as relacionadas à reparação.

Observe detalhes como erros de Português ou pequenas discrepâncias, como, por exemplo, uma letra faltando, uma palavra acrescentada ao nome.

Verifique se o link exibido corresponde ao endereço que será acessado. No computador, passe o mouse sobre o link (sem clicar), para visualizar o endereço real. No Whatsapp, pressione o link por alguns segundos (pressionar, não clicar), para visualizar o destino, antes de acessá-lo.

Sempre que possível, evite acessar notícias e serviços através de links recebidos. Ao invés

> **Utilizam-se desses potenciais atrativos, para levá-las a acreditar em falsas afirmações e, muitas vezes, em falsas promessas.**

disso, vá diretamente à fonte: ao site, whats app ou aplicativo oficial da instituição, como os da Adai, Instituições de Justiça, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo Federal, site oficial de notícias, do banco.

Tudo isso garante 100% de proteção?

Infelizmente, nenhuma medida isolada é capaz de garantir 100% de segurança. Os criminosos estão, constantemente, se aperfeiçoando. Lembra da engenharia social? Pois bem, ela está sempre buscando novas técnicas, incluindo a inteligência artificial.

Mas, um comportamento atento e crítico é, com certeza, um dos caminhos para minimizar os riscos de cair em um golpe.

Portanto, atenção! Quando buscar informações sobre o processo de reparação, priorize sempre fontes oficiais e seguras. Um dos caminhos mais confiáveis para esclarecer dúvidas é contar com o apoio da sua Assessoria Técnica Independente (ATI), a Adai. Você pode acompanhar as atualizações pelos nossos canais oficiais, como o site e o Instagram, ou entrar em contato diretamente com os técnicos e técnicas multidisciplinares que acompanham sua comissão, conselho ou setor.

Antes de compartilhar informações, verifique sua origem e confirme os dados junto aos órgãos e instituições responsáveis pelo processo de reparação. Para isso, utilize os canais oficiais da **Adai**, da **FGV** e do **Ministério Público**, que disponibilizam informações seguras, atualizadas e orientações à população.

Assim, você contribui para uma comunicação mais segura, transparente e baseada em informações confiáveis. **Tire um tempo para avaliar, antes de clicar!**

Anexo I.1: participação e decisão na construção da reparação



Pessoas atingidas no primeiro espaço da Adai na Região 2, realizado em Betim, em 27 de junho | Felipe Cunha/Adai

Anexo I.1: participação e decisão na construção da reparação

PARTICIPAÇÃO. Acompanhar as etapas do Anexo I.1 e contribuir para a participação nos processos de reparação

Por Felipe Cunha
Colaboração Bruna Constantino e Ian Almeida

Esta seção da revista RepareR2 é a prestação de contas da Adai às pessoas atingidas da Região 2 sobre o primeiro trimestre do Plano de Trabalho do Anexo I.1, que corresponde aos meses de maio a julho de 2026. Prestar contas à Instância Regional é um compromisso que a própria Adai assumiu. A meta 15 do Plano prevê apresentar, em reuniões com a Instância Regional e em linguagem simples, como o trabalho foi executado e como os recursos foram usados, seguindo as informações definidas pela auditoria. Esta revista é o material que integra essa apresentação.

O Plano de Trabalho do Anexo I.1 organiza as atividades da Assessoria Técnica Independente da Adai relacionadas aos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e às Linhas de Crédito e Microcrédito. Ele foi construído a partir do Termo de Compromisso assinado com as Instituições de Justiça em 5 de março de 2026 (cláusula 1.1.1). O Plano define o que a ATI deve fazer, em que prazo, com quais recursos e como cada entrega será comprovada. O objetivo é apoiar a participação informada e a organização das pessoas atingidas em todas as etapas do Anexo I.1, em diálogo com a Proposta Definitiva construída pela Entidade Gestora (EG).

São 17 metas para 18 meses de execução, com orçamento de R$ 7.917.767,48. Elas tratam de formações, apoio aos espaços da Governança Popular, espaços participativos preparatórios para cada etapa decisória, transporte e hospedagem, quando necessário, de conselheiras e conselheiros para os espaços junto à EG, espaços e ações de multiplicação e massificação em relação à cada etapa, materiais didáticos informativos, divulgação de editais, prestação de contas e gestão do projeto. Em maio de 2026, as Instituições de Justiça e a CAMF, em conjunto com as ATIs, ajustaram os prazos de parte das metas para acompanhar o calendário da Entidade Gestora.

Nas próximas páginas, você confere os espaços participativos realizados em cada município, os produtos e materiais produzidos, as metas do primeiro ciclo trimestral e como os recursos foram utilizados.

A execução é acompanhada todo mês pela Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) e pela auditoria, que recebem os relatórios da Adai, a relação de pagamentos e a documentação para prestação de contas. Relatórios e entregas são consolidados a cada trimestre de execução.

Contextualização

Dois anos depois do rompimento, em fevereiro de 2021, foi firmado o Acordo Judicial de Reparação Integral, que estabeleceu mecanismos para a reparação dos danos coletivos causados pelo desastre-crime. Nesse contexto, está o Anexo I.1, que são os Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e Linhas de Crédito e Microcrédito, integrando o Programa de Reparação Socioeconômica dentro do Anexo I do Acordo.

Visando o fortalecimento socioeconômico, o Anexo I.1 prevê a destinação de R$ 3 bilhões para iniciativas de projetos comunitários construídos a partir das demandas apresentadas pelas próprias comunidades atingidas. Desse total, R$ 2 bilhões são destinados aos Projetos Comunitários e R$ 1 bilhão às Linhas de Crédito e Microcrédito, com recursos de responsabilidade da poluidora-pagadora Vale S.A.

Os Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e as Linhas de Crédito e Microcrédito são pensados a partir da perspectiva da reparação coletiva e em diálogo com os danos coletivos causados pelo rompimento. Podem ter abrangência Local, Regional ou Inter-regional, de acordo com as demandas e prioridades de reparação identificadas nos territórios e das etapas previstas.



Pessoas atingidas manifestam sua participação no Anexo I.1 | Felipe Cunha/Adai

O Anexo I.1 ocupa um lugar específico entre os mecanismos na reparação

O Anexo I.1 ocupa um lugar específico entre os mecanismos previstos no Acordo Judicial de Reparação: é o único programa do Acordo que assegura a participação direta das comunidades atingidas na definição e no acompanhamento de projetos comunitários, por meio das estruturas e instâncias da Governança Popular.

Isso significa que as demandas das comunidades atingidas, suas prioridades e propostas construídas nos territórios devem orientar as decisões, como a definição, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito, com o protagonismo das pessoas atingidas nos diferentes espaços e etapas de discussão e deliberação.





A Entidade Gestora

Para conduzir a execução do Anexo I.1 nas cinco Regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias, as Instituições de Justiça selecionaram, por meio de edital, uma Entidade Gestora.

Contratada em 4 de março de 2023, a Entidade Gestora vencedora é formada pelo consórcio liderado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, com a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e o Instituto E-dinheiro Brasil, responsáveis pela gestão operacional e financeira do Anexo I.1 e pela condução das etapas necessárias à implementação das iniciativas previstas no projeto piloto, na primeira e segunda onda de execução dos projetos comunitários e das linhas de crédito e microcrédito.

Como parte desse processo, a Entidade Gestora construiu uma Proposta Definitiva de Execução, elaborada de forma participativa com as pessoas atingidas e suas Assessorias Técnicas Independentes (ATIs). O documento estabeleceu as diretrizes, metodologia e mecanismos da Governança Popular para a implementação do Anexo I.1.

Para a construção da Proposta Definitiva, ocorreu diferentes espaços de debate e participação das comunidades, com apoio das ATIs, ao longo de 120 dias. As diretrizes propostas foram posteriormente validadas no Encontro Inter-Regional da Bacia do Rio Paraopeba, realizado nos dias 8 e 9 de junho de 2024, em Belo Horizonte.



Encontro Inter-Regional da Bacia do Rio Paraopeba para validar a proposta definitiva do Anexo I.1
Acervo Aedas

Em 2025, o processo entrou em uma nova etapa. Em 28 de abril, uma decisão judicial homologou a manifestação das Instituições de Justiça para o início dos trabalhos da Entidade Gestora. Em 5 de junho, foi realizado o lançamento do projeto-piloto do Anexo I.1, com recursos de R$ 326,7 milhões. O objetivo é que, durante dois anos, seja definido projetos de crédito e microcrédito com uma parcela do recurso (10%), de forma a "testar" o modelo organizativo e a satisfação das pessoas atingidas com as instituições contratadas.



Formação da equipe técnica Adai | Acervo Adai

A chegada da Adai à Região 2

É nesse contexto do avanço do Anexo I.1 que se inicia a atuação do Projeto Paraopeba da Adai Brasil na Região 2, com a execução do Plano de Trabalho do Anexo I.1. A partir da assinatura do Termo de Compromisso com as Instituições de Justiça, em 5 de março de 2026, a Adai passou a atuar como Assessoria Técnica Independente (ATI) após ser eleita com 2.679 votos válidos pelas pessoas atingidas dos municípios que compõe a Região 2.

Voltado à defesa dos direitos das pessoas atingidas e ao fortalecimento da participação informada nos processos relacionados ao Anexo I.1, a Adai desenvolve ações de assessoramento técnico, formação, mobilização, produção e divulgação de informações.

Para a Região 2, foram previstos R$ 7.918.104,06 para a Adai executar as atividades relacionadas ao Anexo I.1, durante o período de 18 meses. Nesse período, a ATI acompanha as diferentes etapas de implementação do Anexo I.1, considerando também o cronograma e as atividades conduzidas pela Entidade Gestora.

Informação para participar e decidir

Mais do que acompanhar o andamento do processo, a atuação da Adai busca criar condições para que as pessoas atingidas possam participar de maneira informada e qualificada, fortalecendo, assim, a defesa dos direitos violados pelo desastre-crime.

Isso envolve:

- traduzir informações sobre o Anexo I.1,
- promover processos formativos,
- acolher demandas,



Pessoas atingidas recebem certificado no primeiro espaço participativo com a Adai | Felipe Cunha/ Adai

“reparar vai além de destinar recursos, é possibilitar garantias de condições para que as comunidades possam definir, acompanhar e defender os caminhos da reparação e de seus direitos.

- contribuir para a circulação de informações nos territórios,
- Promover espaços preparatórios para as etapas de decisão,
- garantir a logística nos espaços decisórios,
- fortalecer a presença das comunidades nos espaços de participação e decisão,
- Promover ações de difusão e multiplicação sobre o que foi definido em cada etapa decisória

O objetivo da Adai é que as pessoas atingidas tenham condições de compreender o processo, apresentar suas demandas e propostas e acompanhar as decisões relacionadas à reparação, sobretudo aquelas que envolvem o Anexo I.1, fortalecendo sua participação para que suas propostas sejam consideradas e efetivadas no processo de reparação, em um contexto marcado pela disparidade de forças entre a ré e as vítimas e pela diversidade de instituições e atores envolvidos.

A Adai inicia esse trabalho reconhecendo que a participação popular é parte fundamental da própria construção da reparação. Afinal, quando as decisões sobre o presente e o futuro dos territórios atingidos passam também pelas pessoas que vivem neles, reparar vai além de destinar recursos, é possibilitar garantias de condições para que as comunidades possam definir, acompanhar e defender os caminhos da reparação e de seus direitos.



Karina Morais, coordenadora-geral do projeto Paraopeba, celebra a chegada da Adai na Região 2
Felipe Cunha/Adai

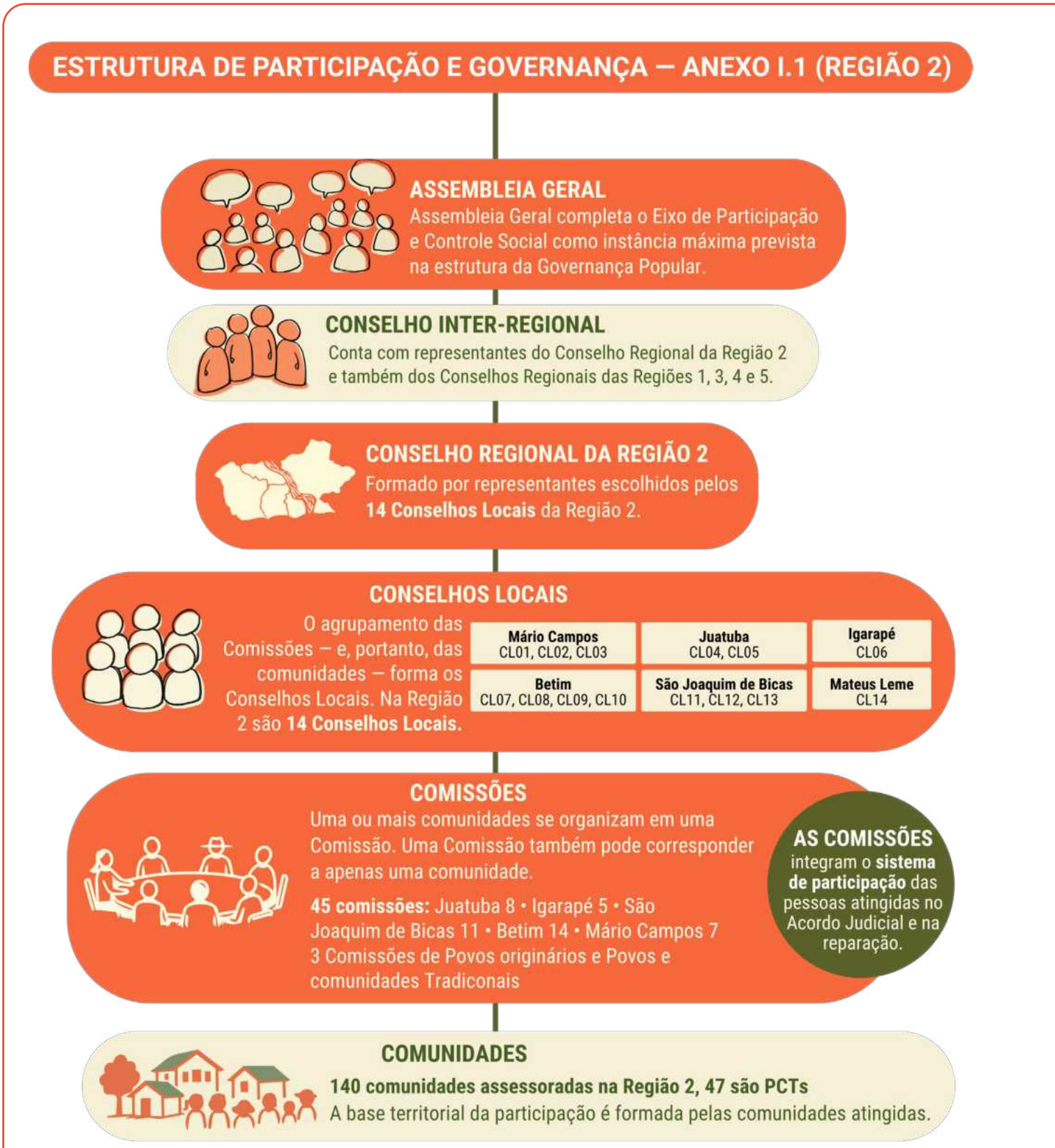


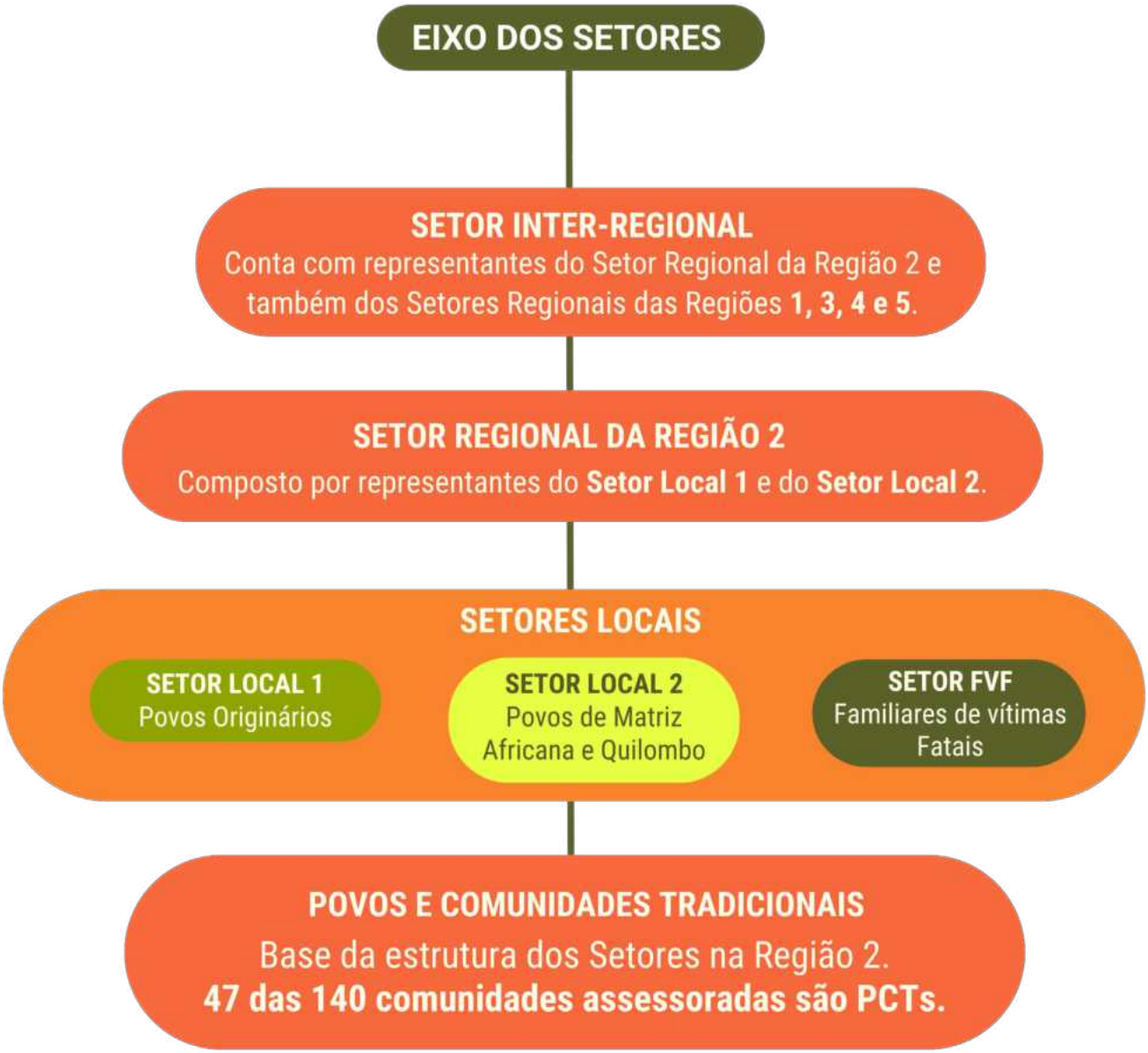






Veja no organograma dos conselhos e setores:





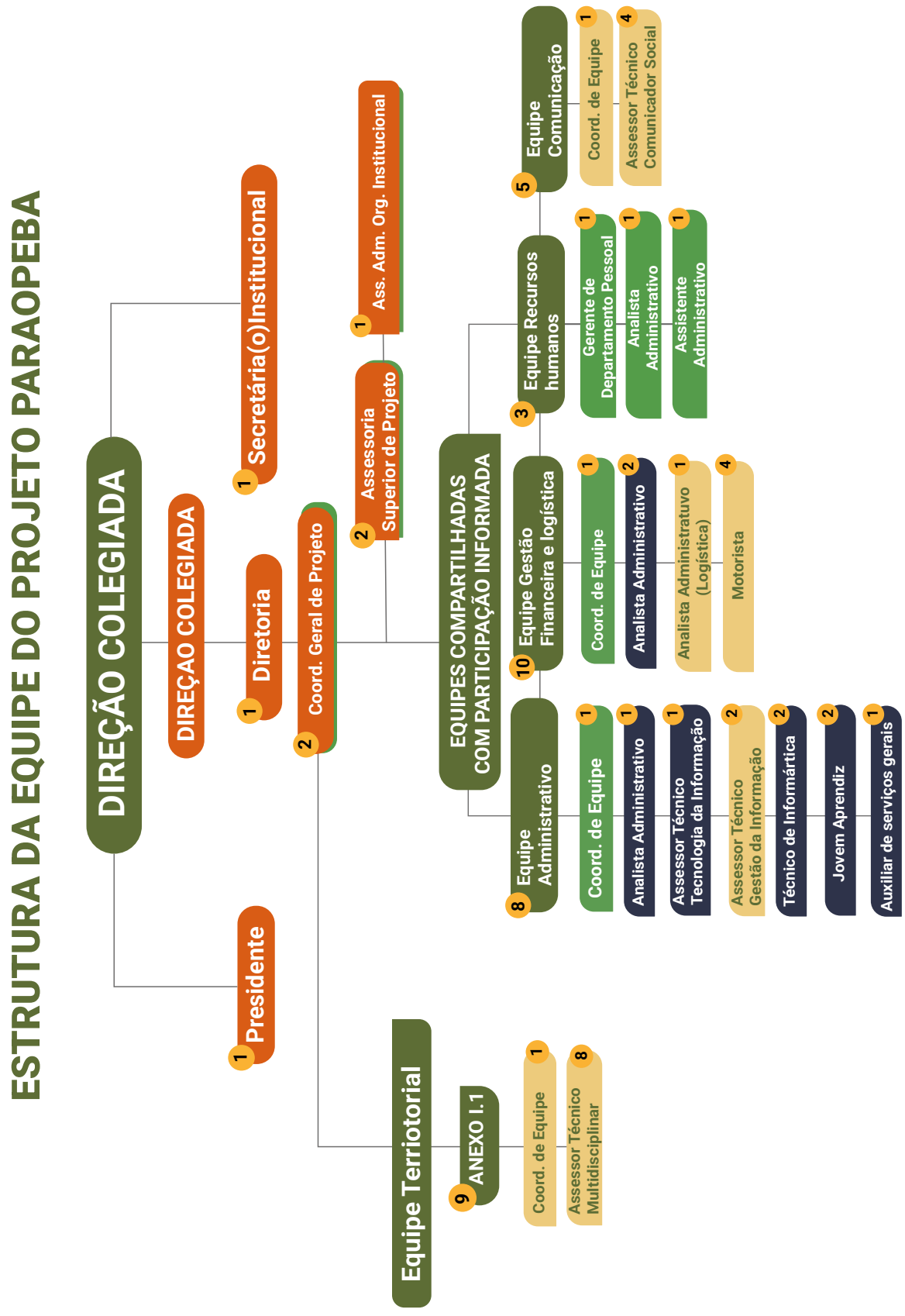
Governança Popular

No âmbito do Anexo I.1, a Governança Popular organiza a estrutura de participação, suas instâncias e a representação das pessoas atingidas que as compõem. Na Região 2, sua estrutura é composta a nível local por 14 Conselhos Locais, que agrupam comunidades dos 6 municípios assessorados, e 2 Setores Locais, formados pelos segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais existentes no território: Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, Quilombolas e Indígenas.

Estes conselhos e setores indicam representantes para as instâncias regionais, que são: 1 Conselho Regional e 1 Setor Regional. Futuramente, cada uma destas instâncias regionais indicará representantes para compor o Conselho Inter-Regional.

A equipe do Projeto Paraopeba da Adai no Anexo I.1

Para fortalecer o direito das pessoas atingidas e contribuir nas ações previstas do Anexo I.1, o Projeto Paraopeba da Adai conta com uma equipe multidisciplinar dedicada ao trabalho de assessoria às pessoas atingidas. Profissionais de diferentes áreas atuam de forma integrada para fortalecer a participação popular e contribuir para o avanço da reparação na Região 2.



Primeiro Trimestre Implementação do Plano de Trabalho

O trimestre de maio e julho de 2026, marca o início da implementação do Plano de Trabalho do Anexo I.1 da Adai na Região 2. Por isso, as ações realizadas também estão relacionadas às etapas conduzidas pela Entidade Gestora e à estruturação dos processos de participação e reparação.

Abaixo, você confere um panorama das ações realizadas pela Adai no período, dos resultados alcançados e dos caminhos construídos junto às comunidades atingidas.

Espaços participativos do Anexo I.1 para construir a reparação com participação

Entre maio e julho de 2026, a Adai realizou 43 espaços participativos na Região 2 sobre o Anexo I.1, reunindo pessoas atingidas, lideranças, comissões, conselheiras, conselheiros, representantes dos setores e a equipe multidisciplinar da Adai. Os encontros, realizados de forma presencial e virtual, fortaleceram a participação das comunidades nos processos de reparação e contribuíram para a organização dos espaços de Governança Popular.

Ao longo do trimestre, considerado o Ciclo I, os encontros abordaram temas como governança popular, priorização de danos, definição e detalhamento de projetos, crédito e microcrédito e organização dos Conselhos e Setores Locais. A partir dos diálogos, as comunidades puderam apresentar e amadurecer propostas, definir prioridades e construir encaminhamentos para as etapas seguintes.

Os espaços também foram importantes para aproximar a participação das diferentes realidades do território. Nos Conselhos Locais foram discutidas propostas relacionadas à geração de renda, alimentação, socioassistência, reciclagem, hortas comunitárias, cozinhas comunitárias, cultura, troca de saberes, artesanato, agricultura e outras demandas identificadas pelas próprias pessoas atingidas.







Os encaminhamentos registrados em cada atividade orientam a continuidade do trabalho junto aos Conselhos Locais e Regional, aos Setores, à Entidade Gestora e às comunidades da Região 2 para seguirem avançando na construção do Anexo I.1.

A seguir, veja os dados de cada encontro e seus encaminhamentos, permitindo acompanhar a participação, os temas tratados e a vinculação das ações ao Plano de Trabalho.

ESPAÇOS REGIONAIS

8 Espaços | 801 participações registradas

Os espaços regionais ocorreram tanto presencialmente, em diferentes municípios do território, quanto em formato online, reunindo conselhos e setores. Tratou-se da recomposição das instâncias participativas da Governança Popular, dos avanços nos processos decisórios, além de formações para a população atingida previstas no Plano de Trabalho.

BETIM

9 espaços | 136 participações registradas

Em Betim, as atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento, priorização de danos, levantamento de ideias de projetos, além do acompanhamento da governança popular. Entre as propostas discutidas estiveram iniciativas relacionadas à reciclagem, água, geração de renda e projetos comunitários. Em Colônia Santa Isabel, por exemplo, foram apresentadas propostas como tenda cultural, horto de mudas agroflorestais, criação de peixes integrada à horta comunitária e feira comunitária.

JUATUBA

7 espaços | 122 participações registradas

Em Juatuba, as atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento interno, priorização de danos e levantamento de ideias de projetos, além do acompanhamento da governança popular. Na comunidade indígena Aranã – Veredas da Serra, ganhou destaque a proposta de uma Tenda Comunitária, enquanto em Francelinos foram discutidas propostas de projetos junto aos conselheiros e Povos e Comunidades Tradicionais.

SÃO JOAQUIM DE BICAS

6 espaços | 73 participações registradas

Em São Joaquim de Bicas, as atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento interno, priorização de danos e levantamento de ideias de projetos, além do acompanhamento da governança popular. Em Primavera, as propostas validadas foram encaminhadas para a Entidade Gestora. Em Tereza Cristina, também foram retomadas as discussões sobre o regimento do Conselho Local 11.

MÁRIO CAMPOS

7 espaços | 58 participações registradas

As atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento interno, priorização de danos e levantamento de ideias de projetos, além do acompanhamento da governança popular. No Quilombo Zé Pretinho, o diálogo se concentrou em projetos locais e no detalhamento das propostas para encaminhamento ao Conselho.

IGARAPÉ

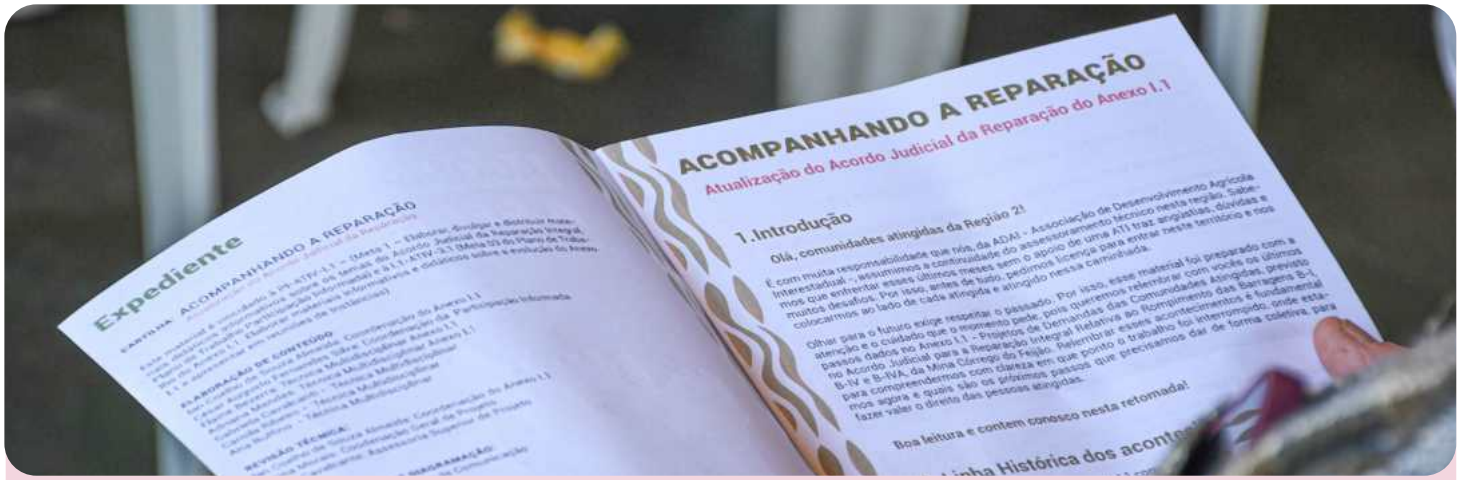
4 espaços | 41 participações registradas

Em Igarapé, as atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento interno, priorização de danos e levantamento de ideias de projetos, além do acompanhamento da governança popular. Em Santa Ana, entre as propostas discutidas estão reciclagem, hortas comunitárias, área de lazer, ateliê de cerâmica, poço, criação de peixes e feira comunitária.

MATEUS LEME

2 espaços | 13 participações registradas

Em Mateus Leme, as atividades envolveram inauguração de Conselhos Locais, regimento interno, priorização de danos e levantamento de ideias de projetos, preparatório para definição de diretrizes de projetos, além do acompanhamento da governança popular. Em Azurita, os encontros trataram do regimento do Conselho Local, metodologia da Entidade Gestora e validação e detalhamento das ideias de projetos. As pessoas atingidas solicitaram informações para complementar o detalhamento das propostas que não puderam ser concluídas durante o encontro.



Produtos que fortalecem a participação

No primeiro trimestre de atuação da Adai no Anexo I.1 na Região 2, foram desenvolvidos 21 produtos técnicos voltados principalmente à organização da Governança Popular, à formação e à veiculação de informações sobre a reparação.

Entre as entregas está a Cartilha Balanço da Reparação, produzida para apoiar o acesso a informações sobre a evolução do Anexo I.1. Também foi elaborada a Estrutura de Governança do Anexo I.1 na Região 2, documento que organiza as instâncias de participação previstas no processo.

A construção da Governança também avançou com a elaboração de 14 Regimentos Internos dos Conselhos Locais, além dos regimentos dos Setores Locais de Povos Originários e de Povos de Terreiro e Povos de Matriz Africana. Esses documentos estabelecem as regras de funcionamento das instâncias e contribuem para organizar a participação das pessoas atingidas nos processos de decisão dentro do Anexo I.1.

O conjunto de produtos inclui ainda materiais relacionados à formação em Governança Popular, com certificados para as pessoas atingidas que participaram da Formação “Governança Popular: Uma construção feita por muitas mãos”.



Materiais de comunicação sobre o Anexo I.1

Ao longo do primeiro trimestre da Adai na Região 2, a equipe de comunicação em conjunto com as outras equipes, produziu diferentes materiais sobre o Anexo I.1. Foram 54 materiais entre cartilhas, matérias, boletins, conteúdos para redes sociais, slides, roteiros, registros fotográficos, guias, divulgações e materiais de apoio às formações.

Parte desse trabalho esteve ligado à Governança Popular, ao andamento do Anexo I.1, aos projetos e à mobilização das pessoas atingidas. A Adai produziu conteúdos sobre a inauguração dos Conselhos Locais e do Conselho Regional, dos Setores Locais e Setor Regional, da priorização de danos, as Rodas de Diálogo, os espaços preparatórios para a definição de projetos de demandas comunitárias e espaço decisório. Também foram produzidos materiais para apoiar a participação dos conselheiros e conselheiras e divulgar as diferentes etapas do processo do Anexo I.1.

Entre os materiais, estão a Cartilha Balanço da Reparação, apresentações sobre diretrizes de projetos, matérias jornalísticas, conteúdos para redes sociais e os boletins "Por Onde Anda a Reparação?", que acompanharam acontecimentos e temas relevantes do Anexo I.1 na Região 2.

A comunicação também registrou e deu visibilidade aos espaços preparatórios, com coberturas, divulgações, registros fotográficos e materiais de apoio. Entre eles estão conteúdos sobre as diretrizes de projetos, a preparação para a inauguração das instâncias de Governança Popular, as Rodas de Diálogo e a preparação para a definição de projetos.

Na área de Governança, foram produzidos conteúdo para divulgação das formações, a live de formação e slides sobre Governança Popular, com a entrega de certificado para as pessoas atingidas que participaram.

Outro eixo foi a formação e a circulação de informações sobre crédito e microcrédito. O repositório reúne divulgação sobre as linhas de crédito e os projetos de demandas das comunidades atingidas, um guia para estruturação das formações e notícia sobre finanças solidárias.



Também integram o conjunto, materiais voltados à circulação de cartilhas e conteúdos sobre projetos e às finanças solidárias, incluindo matéria, carrossel e divulgação da cartilha da Entidade Gestora.

Por fim, o repositório inclui materiais relacionados à gestão do projeto, como edital, evidências de gestão, registro de reuniões internas e divulgação de reuniões com a Entidade Gestora, as ATIs e a CAMF.



- **18 materiais** relacionados a espaços preparatórios e mobilização para os espaços da Entidade Gestora;
- **9 materiais** relacionados à organização e execução da participação dos conselheiros nos espaços da Entidade Gestora;
- **6 materiais** voltados à divulgação de materiais impressos, digitais e outras mídias sobre os projetos;
- **5 materiais** relacionados à gestão do projeto;
- **3 materiais** sobre crédito e microcrédito;
- **3 materiais** relacionados às formações sobre Governança;
- **2 materiais** sobre formação para proposição de projetos;
- **2 materiais** relacionados à elaboração de materiais sobre a evolução do Anexo I.1;
- **2 materiais** relacionados à divulgação de processos seletivos e editais;
- **2 materiais** relacionados à estrutura de Governança do Anexo I.1;
- **1 material** sobre formação para escrita e execução de projetos;
- **1 material** relacionado à apresentação da lista de projetos.

54 produções de comunicação

Metas de maio, junho e julho de 2026

Durante o período de maio a julho de 2026, a Adai Paraopeba executou metas estabelecidas previstas para a atuação no Anexo I.1. O cumprimento dessas metas, que orientam as atividades da ATI, a participação das pessoas atingidas e o acompanhamento das diferentes etapas da reparação, é acompanhado pela Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) e pela Auditoria.

O que foi previsto para o primeiro ciclo

Entre as primeiras metas estão a formação em governança, formação para participação nas decisões sobre os projetos, a preparação para a escrita e execução das propostas e a produção de informações acessíveis sobre o andamento do processo.

Formação para propor projetos

A meta prevê formações sobre proposição de projetos, preparando as pessoas atingidas para transformar sua percepção sobre os danos e sobre os problemas de suas comunidades em propostas que possam melhorar a vida das comunidades atingidas em meio ao processo de reparação. Elas estão ligadas tanto à primeira quanto à segunda onda de projetos.

Formação para escrever e executar projetos

A meta prevê formações voltadas à escrita e à execução de projetos, também relacionadas às duas primeiras ondas de decisões. O objetivo da formação é informar as pessoas atingidas para que elas aprofundem as propostas aprovadas, e consigam as executar.



Informação sobre o andamento do Anexo I.1

A meta está relacionada à comunicação com a população atingida. A previsão é produzir material informativo e didático com uma síntese da evolução do Anexo I.1, disponibilizado em formato virtual e apresentado presencialmente.

Formação em Governança Participativa

Essa meta corresponde à formação para a Região 2, com o intuito de construir um entendimento coletivo da população atingida a respeito do funcionamento das instâncias decisórias do Anexo I.1, e tem como objetivo fortalecer sua participação no processo de reparação.

Formação sobre crédito e microcrédito

A meta busca difundir conhecimento a respeito das formas de reparação ligadas às finanças solidárias previstas no Anexo I.1, tirando dúvidas da população atingida, e preparando o território para acessar os recursos.

Veja as metas do Anexo I.1:

Prazos/Datas pactuadas	Meta ATI	Meta
31/08/2026 **30/12/2026**	Formações concluídas: proposição de projetos – R1 – 3.211 e R2 – 4.034 pessoas certificadas no treinamento – com fase preparatória para 1ª e 2ª Ondas de decisões sobre projetos.	1
31/08/2026 **30/12/2026**	Formações concluídas: escrita de projetos e execução – R1 – 322 e R2 – 403 pessoas certificadas no treinamento – 1ª e 2ª Onda.	2
30/06/2026 **31/12/2026** **30/05/2027**	Material informativo e didático, com a síntese da região para a população atingida, sobre a evolução do Anexo 1.1, disponível em formato virtual e com apresentação presencial.	3
MENSAL	80% dos conselheiros com transporte e hospedagem disponibilizados para participação nos espaços participativos da EG.	4
31/07/2026 **31/12/2026**	Documento apresentando a estrutura com os conselhos locais e regionais e seu regramento inicial.	5
30/06/2026 **31/12/2026**	Convite para 100% dos conselheiros familiares de vítimas fatais com metodologia construída junto aos familiares para, no MÍNIMO, 4 processos decisórios – (2ª onda, crédito e microcrédito, assembleia final, monitoramento). Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença.	6

10 dias após o ciclo do espaço decisório	Envolvimento das pessoas atingidas, incluída fase preparatória e devolutiva, a cada processo decisório – (1) Priorização de danos (Inauguração dos Conselhos); (2) 1ª Onda/Crédito e Microcrédito; (3) 2ª Onda/Crédito e Microcrédito; (4) Monitoramento/ Plano Participativo e (5) Assembleia Final – MÍNIMO de 5 processos decisórios com R3 – 270, R4 – 54 e R5: 144 pessoas envolvidas. MÍNIMO de 5 processos decisórios com R1 – 352 e R2 – 380 pessoas envolvidas.	7
Sob demanda	Revisão do diagnóstico de danos coletivos/comunitários (formulário), se houver necessidade, a partir do Banco de Dados consolidado da Entidade Gestora e validado com os conselhos locais.	8
30/09/2026 **30/04/2027**	Lista preliminar de projetos sugeridos pelas pessoas atingidas surgidos nas discussões dos espaços de participação – MÍNIMO 1 lista por Região.	9
31/07/2026 **30/10/2026**	Formações concluídas: crédito e microcrédito, focada em finanças solidárias – 3 encontros coletivos por região – MÍNIMO de participação de 80% dos conselhos locais contemplados na formação.	10
31/08/2026	Formações concluídas com as pessoas atingidas: governança – R1 – 161 e R2 – 201 pessoas certificadas no treinamento.	11
10 dias após o ciclo do espaço decisório	Envolvimento das pessoas atingidas, incluída fase preparatória, para contribuições ao plano participativo – MÍNIMO de R1 – 352 e R2 – 380 pessoas envolvidas em cada processo decisório.	12
Um dia após a EG.	Divulgação dos editais de projetos e crédito e microcrédito para a população em todos os canais de comunicação das ATIs.	13
10 dias antes do ciclo do espaço decisório	Entrega/divulgação para as pessoas atingidas de material impresso e digital para auxiliá-las na decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs.	14
Até 60 dias após o encerramento do trimestre.	Apresentação de prestação de contas físico-financeira das ATIs, com padrão mínimo de informações definido pela auditoria e linguagem simples – participação superior a 50% dos membros da Instância Regional nas reuniões, preferencialmente presenciais, nos espaços participativos.	15
Agosto de 2026	Organizar reuniões para subsídio da manifestação técnica da EG sobre divisão de recursos – ao menos uma (1) reunião por região.	16

Prestação de Contas

Por Thiago Pinho e Bruna Constantino

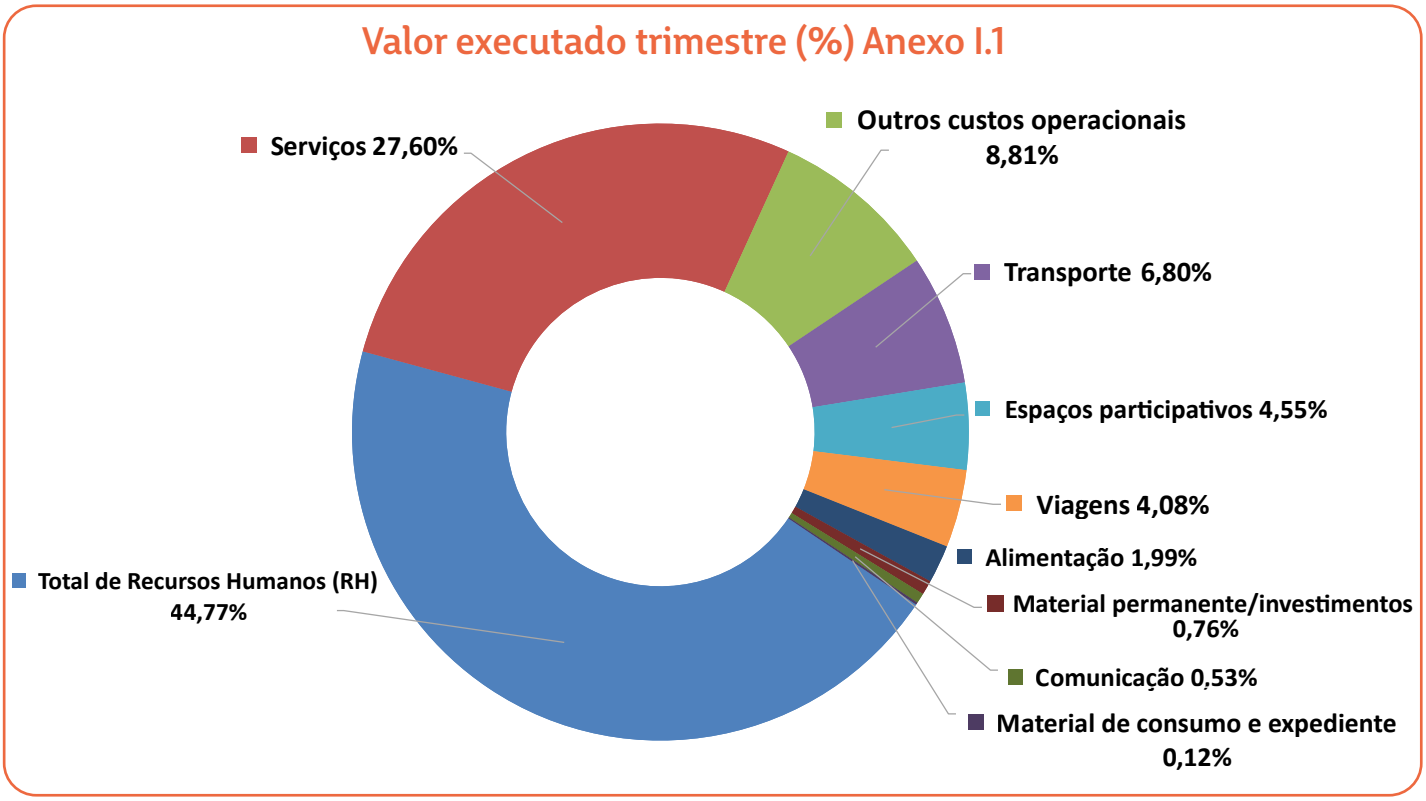
O Plano de Trabalho do Anexo I.1 tem orçamento total de R$ 7.917.767,48 para os 18 meses de execução. Os recursos são repassados em seis parcelas trimestrais. O recebimento de cada parcela depende de a ATI cumprir as condições e metas pactuadas. São seis parcelas: a primeira de 30% do total, as quatro seguintes de 15% e a última de 10%.

Para o primeiro trimestre, a Adai recebeu R$ 2.435.215,36 em 29 de abril de 2026, antes do início das atividades, em 1º de maio. O recurso foi utilizado para estruturar o projeto, formar as equipes e montar a infraestrutura básica da ATI e, principalmente, nas atividades feitas diretamente com a população atingida.

Entre maio e julho de 2026, primeiro trimestre da Adai na Região 2, as equipes foram estruturadas e os fluxos de trabalho organizados. Também foram criadas as condições administrativas, logísticas e tecnológicas para o início do projeto. Ao mesmo tempo, começaram a mobilização territorial, as formações, a comunicação, o apoio à Governança Popular e à participação das pessoas atingidas nas agendas da Entidade Gestora. Foram produzidos materiais informativos e didáticos, e começou a preparação para a elaboração e a execução dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas.

No período, foram executados R$ 269.032,44. Isso equivale a 18,9% do orçamento previsto para o trimestre no Plano de Trabalho (R$ 1.422.113,37). À medida em que a equipe foi contratada, a estrutura física e os equipamentos estavam sendo organizados e as atividades nos territórios ganharam ritmo em junho e julho, acompanhando o calendário da Entidade Gestora. Os valores não executados permanecem na conta do projeto, aplicado e reservado exclusivamente para as atividades dos próximos meses.

RUBRICA	ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE	VALOR TOTAL EXECUTADO TRIMESTRE	% ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE X REALIZADO NO 1º TRIMESTRE
Espaços participativos	R$ 154.652,17	R$ 12.233,73	7,9%
Serviços	R$ 107.552,66	R$ 74.251,30	69,0%
Material de consumo e expediente	R$ 4.453,91	R$ 313,05	7,0%
Material permanente/ investimentos	R$ 59.545,59	R$ 2.032,37	3,4%
Transporte	R$ 70.807,63	R$ 18.305,14	25,9%
Alimentação	R$ 8.272,16	R$ 5.358,55	64,8%
Viagens	R$ 5.442,21	R$ 10.965,95	201,5%
Comunicação	R$ 17.850,47	R$ 1.434,20	8,0%
Outros custos operacionais	R$ 36.615,24	R$ 23.688,88	64,7%
Total de Recursos Humanos (RH)	R$ 879.854,09	R$ 120.449,27	13,7%
Reserva de contingência (5%)	R$ 77.067,22	R$ 0,00	0,0%
Total	**R$ 1.422.113,37**	**R$ 269.032,44**	**18,9%**



Os maiores custos da ATI são de Recursos Humanos: salários e demais custos trabalhistas da equipe, principal ferramenta de apoio às pessoas atingidas na busca pela garantia de seus direitos. No trimestre, essa rubrica somou R$ 120.449,27, quase 45% do valor executado no Plano do Anexo I.1. Em seguida vêm Serviços (R$ 74.251,30), outros custos operacionais (R$ 23.688,88) e Transporte (R$ 18.305,14).

O custo das atividades com as comunidades não aparece apenas na rubrica "espaços participativos". A realização de cada reunião envolve também o trabalho da equipe, o transporte, a elaboração e produção dos materiais de apoio, contabilizados nas demais rubricas.

No fim do trimestre, a Adai tinha em seu quadro 34 profissionais contratados para todo o projeto. Parte da equipe atua exclusivamente nas atividades do Plano do Anexo I.1, outros só na Participação Informada, e há profissionais compartilhados entre os dois Planos, nas áreas de coordenação e gestão, comunicação, administrativo e financeiro e tecnologia da informação. Assim, os custos relacionados aos profissionais compartilhados também são divididos proporcionalmente entre os dois Planos de Trabalho. A equipe exclusiva do Anexo I.1 conta com 8 técnicas e técnicos multidisciplinares e um coordenador, e são mantidos com recursos provenientes unicamente desse Plano de Trabalho.

Prestar contas é demonstrar, com documentos, o que foi realizado e como cada recurso foi utilizado. Todo mês, a Adai envia seus relatórios, a relação de pagamentos e os comprovantes das despesas à Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) e à auditoria independente EY, que acompanham e conferem a execução do projeto. A cada trimestre, essas informações são consolidadas em um relatório trimestral.

Balanço da Adai nos primeiros três meses de atuação na Região 2

O primeiro ciclo da Adai Paraopeba na Região 2, referente ao período de maio a julho de 2026, no Plano de Trabalho do Anexo I.1, foi caracterizado pela estruturação das condições operacionais, administrativas, financeiras, tecnológicas e técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades, bem como pela organização dos fluxos internos de trabalho e pelo início das ações de assessoramento às pessoas atingidas no âmbito dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas.

Entre as principais ações desenvolvidas no trimestre, destacam-se:

- a composição gradual das equipes;
- a implantação da infraestrutura física e tecnológica;
- a estruturação dos instrumentos de re-

gistro, monitoramento e organização documental;
- o planejamento das atividades territoriais;
- a produção e disponibilização de materiais informativos e pedagógicos;
- e a articulação das ações relacionadas à governança popular, à mobilização territorial, aos processos formativos e ao apoio à participação das pessoas atingidas nos espaços promovidos pela Entidade Gestora.

O trimestre também marcou o início da atuação territorial, com a realização de espaços preparatórios e participativos, o acompanhamento das instâncias de Governança Popular, o apoio às etapas de priorização de danos e de definição de projetos, a construção do regimento interno dos conselhos e setores, a preparação de atividades formativas relacionadas à governança, à proposição, às ideias e elaboração de projetos de demandas comunitárias.

Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso à informação, qualificar os processos participativos e fortalecer as condições para a participação informada das pessoas atingidas da Região 2 com a Entidade Gestora.

Sobre a gestão e a prestação de contas, o período possibilitou:

a consolidação inicial de rotinas de monitoramento físico-financeiro;

organização de evidências, controle documental e rastreabilidade das despesas e atividades.

Dessa forma, o primeiro trimestre de execução do Anexo I.1 evidencia uma **etapa simultânea de implantação institucional e de início da atuação finalística, técnica e territorial** da Adai na Região 2.

Seguimos juntas e juntos na construção da reparação

Foram apenas os três primeiros meses, ao longo dos próximos, a Adai Paraopeba seguirá atuando ao lado das comunidades da Região 2 para fortalecer a participação informada das pessoas atingidas nas diferentes etapas do Anexo I.1.

Entre as próximas etapas, **estão a definição dos projetos de demandas comunitárias e das linhas de crédito e microcrédito junto à Entidade Gestora e, posteriormente, a execução dos projetos comunitários,** visando à reparação socioeconômica dos municípios que compõem a Região 2.

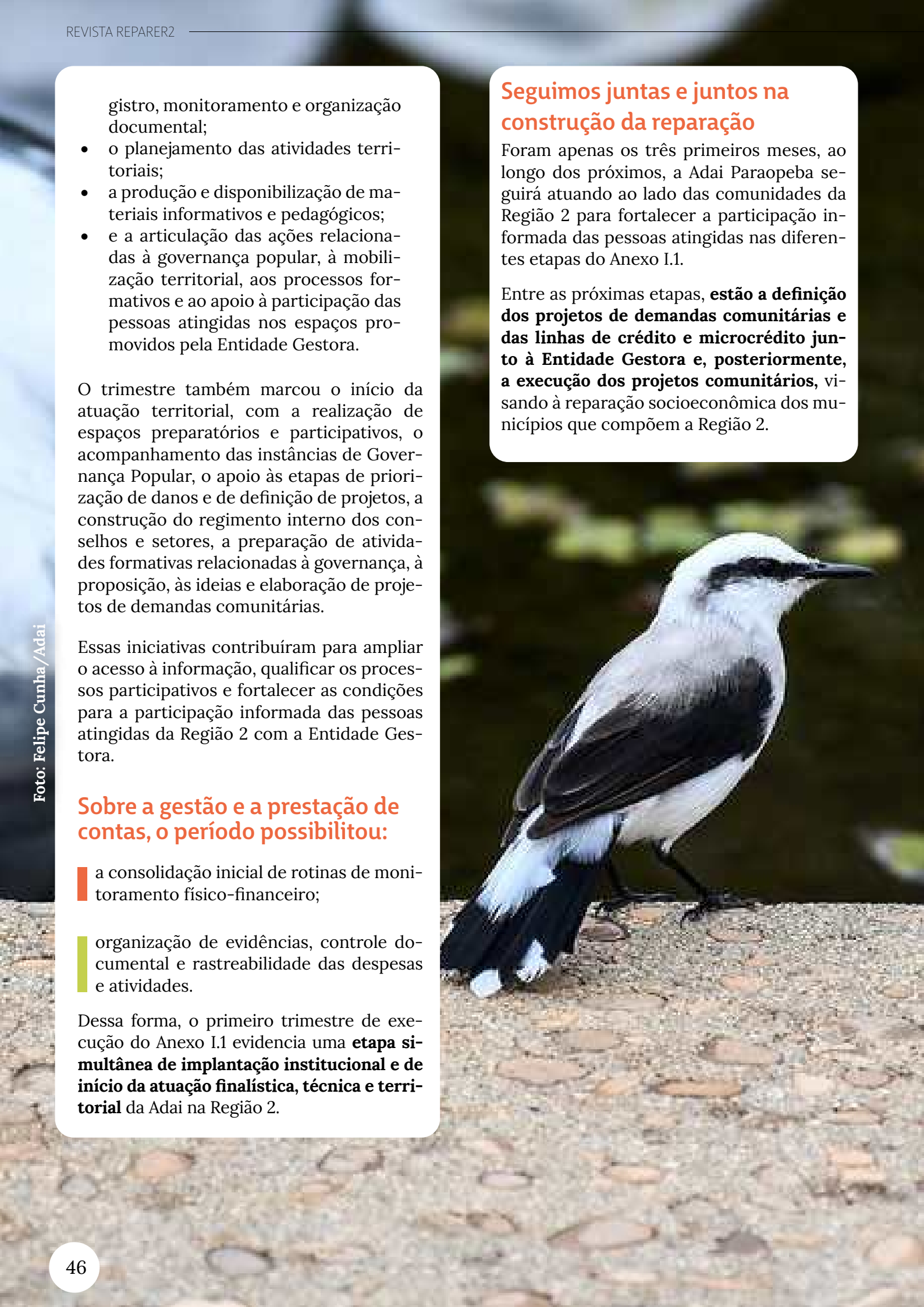


Foto: Felipe Cunha/Adai

Participação Informada para a região 2



Eixo Participação Informada visa fortalecer direito das pessoas atingidas | Felipe Cunha/Adai

Participação informada para a região 2

DIREITOS. Retomada do trabalho de Assessoria Técnica Independente garante direito a informações e acompanhamento sobre a Reparação para as pessoas atingidas da R2

Por Diego Cota
Colaboração de César Augusto e Bruna Constantino

Esta seção da Revista Repare R2 se volta à prestação de contas da Adai às pessoas atingidas da Região 2 sobre o primeiro trimestre do Plano de Trabalho da Participação Informada, que corresponde aos meses de maio a julho de 2026. A meta 4 do Plano prevê apresentar à Instância Regional, em linguagem simples, como o trabalho foi executado e como os recursos foram usados. Esta revista é o material que integra essa apresentação.

O Plano de Trabalho da Participação Informada organiza a atuação da Adai sobre todos os temas do Acordo Judicial de Reparação Integral (2021), com exceção do Anexo I.1, que tem plano próprio. Ele está previsto também na cláusula 1.1.2 do Termo de Compromisso, assinado entre a Adai e as Instituições de Justiça em 5 de março de 2026. Assim, acompanha os anexos do Acordo, com atenção especial aos projetos do Anexo I.3 junto aos Povos e Comunidades Tradicionais da Região 2. Também transforma essas informações em conteúdo acessível, para que as pessoas atingidas possam acompanhar e participar do processo de reparação.

São 7 metas para 18 meses de execução, com orçamento de R$ 3.641.789,70. Elas tratam de produção de materiais, espaços participativos com a Instância Regional, acompanhamento de reuniões com atores externos, prestação de contas, debates sobre o andamento dos anexos, apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais e gestão do projeto.

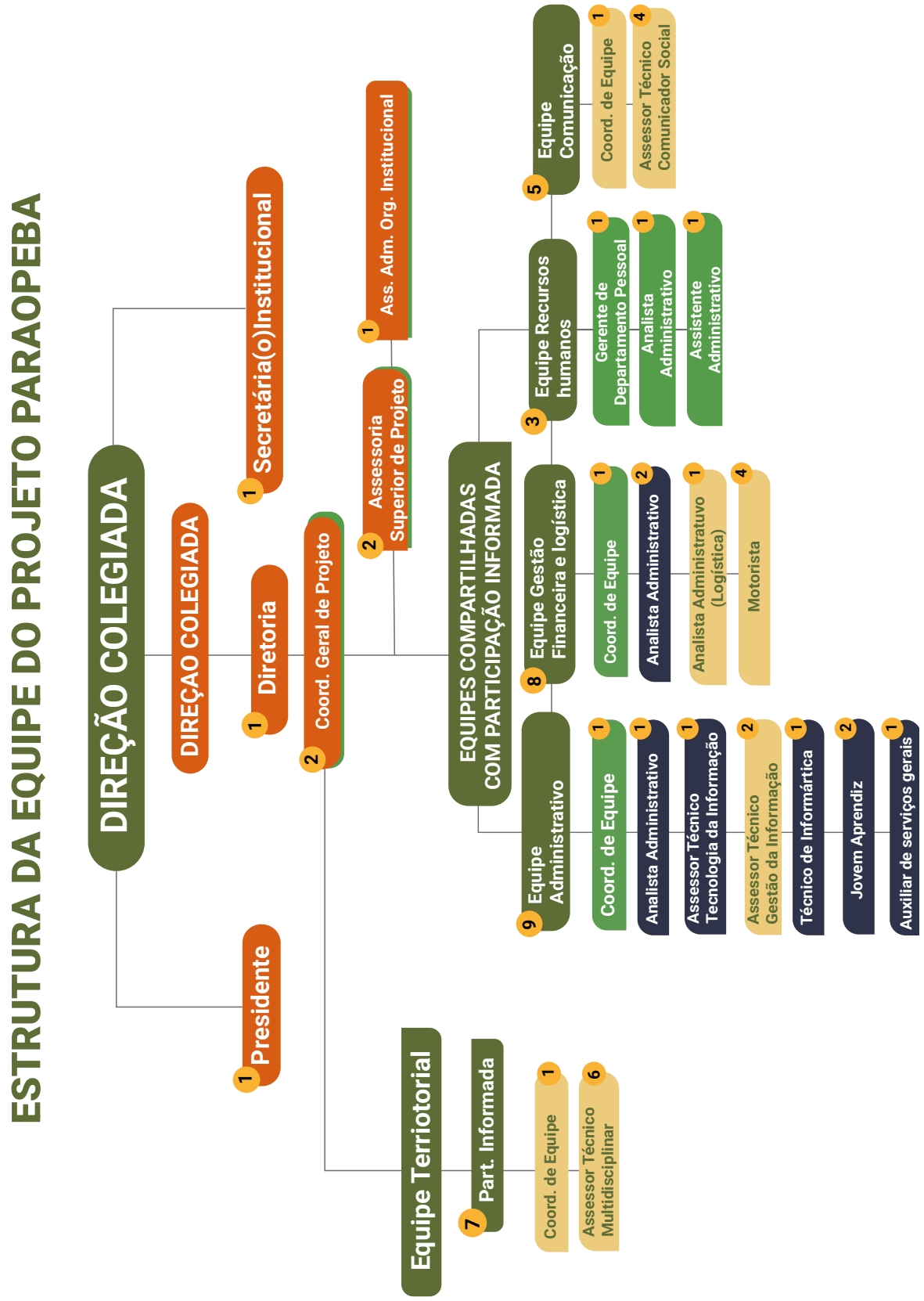
Nas próximas páginas, você confere a trajetória da Adai no trimestre, seu processo de estruturação, quais temas acompanhou, o que foi produzido e como os recursos foram utilizados. A execução é acompanhada todo mês pela Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) e pela auditoria EY, que recebem os relatórios da Adai, a relação de pagamentos e a documentação suporte para prestação de contas. Tais relatórios e entregas são consolidados a cada trimestre de execução.



Eixo Participação Informada visa fortalecer direito das pessoas atingidas | Felipe Cunha/Adai

A equipe do Projeto

Para fortalecer o direito das pessoas atingidas e contribuir nas ações previstas no Plano de Trabalho da Participação informada, o Projeto Paraopeba da Adai conta com uma equipe multidisciplinar dedicada ao trabalho de assessoria às pessoas atingidas e suas instâncias de participação. Profissionais de diferentes áreas atuam de forma integrada para fortalecer a participação Informada e o acompanhamento do andamento de todos os temas da Reparação na Região 2.



Participar é Direito

Norteada pelo princípio da Participação Informada, o trabalho da Adai chega para suprir a lacuna de assessoramento técnico independente na região, uma vez que as comunidades atingidas ficaram quase seis meses sem a garantia do direito. Os primeiros meses de trabalho foram dedicados a compor a equipe, estruturar a sede e o projeto, iniciar o diálogo com as comunidades, produzir informações em linguagem acessível e acompanhar atividades da reparação.

A Participação Informada, enquanto princípio, existe para que as pessoas atingidas tenham acesso a informações qualificadas sobre as ações relacionadas ao processo de reparação e tenham melhores condições de participar das decisões que envolvem seus territórios e modos de vida. Esse trabalho acontece por meio de reuniões, formações, visitas, acompanhamento de agendas, materiais didáticos e informativos, diferentes ações de comunicação popular e apoio às instâncias de participação.

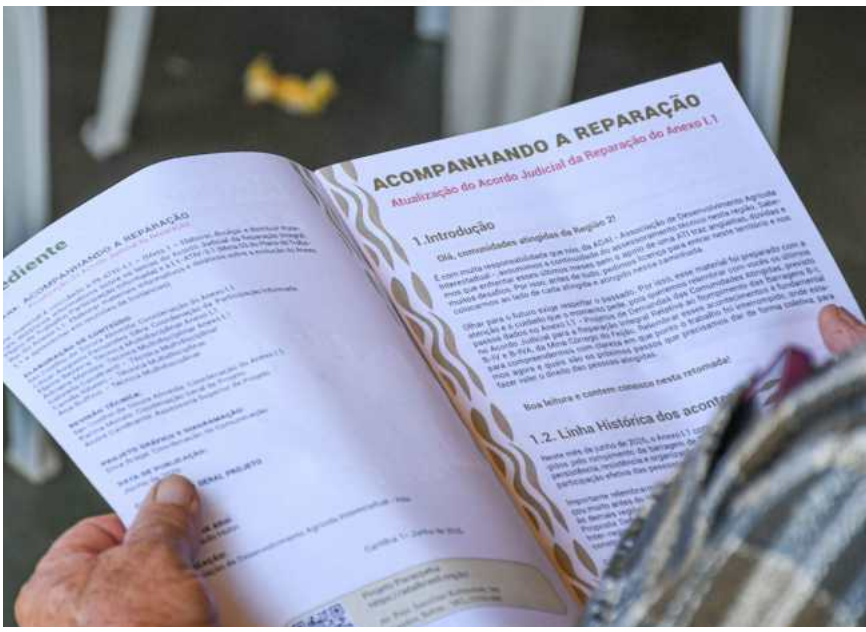
O direito à participação está previsto em legislações específicas para os atingidos por barragens, como a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), instituída pela Lei 14.755/2023, e a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab), Lei 23.795/2021.

Na atuação da Adai, o Plano de Trabalho da Participação Informada norteia a atuação junto às comunidades da Região 2, com atividades que visam informar e envolver a população em ações do Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI) para além do Anexo I.1. No primeiro trimestre de execução, foram realizados dois movimentos: estruturação das condições necessárias para o funcionamento da ATI e início das ações diretamente voltadas às pessoas atingidas.

O mês de maio foi dedicado para a implantação da ATI; junho marcou a retomada dos espaços participativos e da comunicação com os territórios; e julho ampliou o acompanhamento das agendas da reparação e da Governança Popular.



Registro do primeiro espaço participativo presencial com a Instância Regional da R2 | Felipe Cunha/Adai




Em junho, Adai iniciou o acompanhamento do Anexo I.3 junto aos PCTs | Diego Cota/Adai



Equipe de Participação Informada em diálogo com o Setor Local 02 | Felipe Cunha/Adai



Ações de Reparação do Anexo I.3 junto aos PCTs são acompanhadas pela ATI | Diego Cota/Adai

A participação Informada, é o coração do trabalho da atuação da Adai

Esta seção da revista RepareR2 apresenta o que foi realizado no primeiro trimestre de execução do Plano de Trabalho da Participação Informada, mostrando onde a Adai esteve, quais temas foram acompanhados, como os recursos foram organizados e de que maneira esse trabalho se conecta ao direito das atingidas e atingidos à informação, participação e controle social.

Adai lado a lado com as pessoas atingidas

A atuação da ATI Adai na Bacia do Paraopeba parte da ideia central de realizar o assessoramento com as comunidades atingidas, não apenas para ou sobre elas. O trabalho lado a lado é realizado com escuta, respeito às formas de organização existentes no diverso território da Região 2 e com produção de informações para apoio aos momentos de decisões, que foram diversos nos primeiros meses de atuação, além de promover espaços participativos e acompanhar as pessoas atingidas em reuniões junto a atores externos.

Esse fazer com as comunidades é orientado por princípios que prezam pela centralidade das pessoas atingidas e pela construção da autonomia das comunidades na luta por reparação.

Mas o que é Participação Informada?

Como já dissemos, a participação Informada, é o coração do trabaho da atuação da Adai. Para participar de forma qualificada é necessário ter informações. No caso do Paraopeba, foram diversas comunidades atingidas e diversos os danos que atingem diariamente a vida cotidiana ao longo da calha do rio. O Acordo e as demais frentes de reparação, que fazem parte da rotina dos atingidos desde 2019, carregam também uma complexidade de informações.

Desta forma, para participar com informação significa conhecer os temas do Acordo e a implementação dos projetos e programas nele previstos; entender quem é responsável por cada etapa; saber quais espaços existem para apresentar dúvidas e demandas; e acompanhar o que acontece depois de cada reunião ou encaminhamento.

Logo, por meio de um Plano de Trabalho específico, a Participação Informada se torna um eixo de atuação da ATI voltado a fortalecer o direito previsto. Na prática, a Adai transforma informações técnicas em conteúdos acessíveis, apoia a organização e o fortalecimento das pessoas atingidas, acompanha agendas da reparação e cria espaços de diálogo para que as comunidades possam perguntar, propor, acompanhar e demandar.

Pela Participação Informada, a ATI acompanha e produz informações sobre os temas do Acordo, com exceção do Anexo I.1 que tem um Plano de Trabalho específico. Entre os anexos mais demandados estão o Anexo I.3 (Projetos para a Bacia do Paraopeba) e Anexo II (Programa de Reparação Socioambiental).

Linha de atuação da Participação Informada

> **O trabalho lado a lado é realizado com escuta, respeito às formas de organização existentes no diverso território**

1. INFORMAÇÃO ACESSÍVEL	A equipe acompanha documentos, reuniões e decisões e organiza as informações em linguagem acessível.
2. MOBILIZAÇÃO E PREPARAÇÃO	As pessoas atingidas recebem convites, orientações, materiais informativos e apoio para participar dos espaços.
3. ESPAÇO PARTICIPATIVO	Reuniões, formações, visitas e rodas de diálogo são realizadas conforme os temas e as demandas dos territórios.
4. REGISTRO E ENCAMINHAMENTO	Dúvidas, propostas e demandas são registradas e encaminhadas aos responsáveis quando necessário.
5. DEVOLUTIVA E COMUNICAÇÃO	As informações retornam para as comunidades por reuniões, WhatsApp, site, redes sociais e materiais impressos.
6. ACOMPANHAMENTO	A ATI segue acompanhando os temas para informar novidades, pendências e próximos passos.

Fonte: Plano de Trabalho da Participação Informada.

Metas da Participação Informada

Uma série de metas conformam a atuação do eixo da Participação Informada na Adai. Elas funcionam em conjunto envolvendo a produção de material, mobilização, reuniões, acompanhamento técnico, registro e devolutiva. O objetivo é que a informação produzida alcance as comunidades atingidas de forma que promova autonomia para a participação.

> **A Participação Informada, enquanto princípio, existe para que as pessoas atingidas tenham acesso a informações qualificadas sobre as ações relacionadas ao processo de reparação e tenham melhores condições de participar das decisões que envolvem seus territórios e modos de vida**

A seguir o quadro de atividades previstas:

META	ATIVIDADE	PARA QUE SERVE
1	Produzir e divulgar materiais	Materiais didáticos e informativos sobre os temas do Acordo, em formato impresso e digital.
2	Realizar espaços com a Instância Regional	Debater o andamento dos anexos, registrar demandas e produzir devolutivas.
3	Acompanhar reuniões com atores externos	Apoiar pessoas atingidas em agendas externas relacionadas ao Acordo e registrar os principais encaminhamentos.
4	Prestar contas à Instância Regional	Apresentar a execução física e financeira em linguagem simples.
5	Debater o andamento dos anexos	Realizar espaços participativos e devolutivas para as comunidades sobre o processo de reparação.
6	Informar e apoiar os Povos e Comunidades Tradicionais	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais no acompanhamento de atividades e projetos do Anexo I.3.
7	Fazer a gestão do projeto	Organizar equipe, fluxos, registros, acompanhamento, administração e demais condições para execução do Plano.

Fonte: Plano Trabalho da Participação Informada.

Temas acompanhados pela Participação Informada

O eixo da Participação Informada da Adai é responsável por acompanhar e produzir informações sobre os anexos do Acordo Judicial de Reparação que dialogam com as comunidades assessoradas na Região 2. Atualmente, a execução do Anexo I.1 tem centralidade no trabalho das ATIs do Paraopeba, por isso essa parte do Acordo tem um Plano de Trabalho dedicado, que também é abordado nesta edição da Repare.

No primeiro trimestre, a equipe da ATI acompanhou o Anexo I.3, que prevê os Projetos de fortalecimento dos serviços públicos para a Bacia do Paraopeba, o Anexo II.1, da Recuperação Socioambiental, o Anexo II.2, da Compensação socioambiental dos danos já conhecidos e, residualmente, também os desdobramentos do Novo Auxílio Emergencial (NAE), que tem sido demandado pelas pessoas atingidas, após a finalização do Anexo I.2 - Programa de Transferência de Renda (PTR).

Anexo I.3 – Projetos de fortalecimento dos serviços públicos para a Bacia do Paraopeba

Esse anexo faz parte das ações de Reparação Socioeconômica do Acordo Judicial de Reparação. Na Região 2, há iniciativas em curso nos seis municípios assessorados. Nesse trimestre, a Adai iniciou o acompanhamento das agendas ligadas a projetos destinados aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Anexo II.1 – Recuperação Socioambiental

É a parte do Acordo que prevê a elaboração e desenvolvimento do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba, que deve indicar as ações e programas de reparação que vão acontecer ao longo do território atingido. Em julho, a ATI acompanhou a apresentação do Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba, que integra as iniciativas do Anexo.



Acompanhamento de reunião da Vale S.A. com o Ilê Asé Babá Jacunam Joei, em Juatuba | Diego Cota/Adai

Anexo II.2 – Compensação socioambiental dos danos já conhecidos

A função da ATI nesse anexo é acompanhar os processos de compensação socioambiental, identificar informações relevantes para os territórios e devolvê-las de forma compreensível às pessoas atingidas. Por isso são elaborados conteúdos informativos que abordaram as ações, ajudando a ampliar o acesso das comunidades às informações.

Entre as iniciativas em execução estão o Manejo populacional ético de cães e gatos, a Regularização fundiária da Serra do Rola Moça e o projeto de Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba.

Novo Auxílio Emergencial / Programa de Transferência de Renda

O Novo Auxílio Emergencial (NAE) surgiu através da luta das pessoas atingidas pela continuidade da garantia de renda mensal no território atingido após o encerramento do Programa de Transferência de Renda (PTR), previsto no Anexo I.2 do Acordo. O NAE não está previsto no escopo de atuação da ATI, dado que não se vincula ao Acordo Judicial de Reparação. Por isso, as ações foram residuais, mas necessárias, dado a escalada de demandas pelas pessoas atingidas. Em julho, a comunicação da Adai acompanhou decisões e mobilizações relacionadas ao auxílio e divulgou informações sobre seus desdobramentos.

Demais anexos do Acordo

Anexo II.3 – Projetos de Segurança Hídrica;

Anexo III – Programa de Mobilidade;

Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público;

Projetos especiais: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Bombeiros, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Defesa Civil, Construção de Biofábrica Wolbachia e reestruturação da Funed, Estudos de Avaliação de risco Ecológico e à Saúde Humana, Monitoramento da qualidade da água para consumo humano.



No primeiro espaço presencial, equipe da Participação Informada atualizou informações sobre a Reparação Felipe Cunha/Adai Paraopeba

Os três primeiros meses no Paraopeba



Maio

preparar a casa para começar os trabalhos

Antes de iniciar as atividades nos territórios, a Adai organizou a estrutura para que a ATI pudesse funcionar de forma contínua para atender as demandas dos atingidos. **Nesse período foi realizada:**

- Estruturação do escritório sede do Projeto Paraopeba, em Betim;
- Abertura de Edital para banco de currículos e composição de equipes;
- Organização da equipe e definição de responsabilidades;
- Estruturação de rotinas para mobilização, registro e acompanhamento das atividades;
- Preparação de ferramentas para organizar informações, listas, evidências e demandas;
- Planejamento da comunicação com as comunidades e das primeiras ações informativas;
- Articulação inicial para a retomada do diálogo com comissões, lideranças, povos e comunidades tradicionais e demais representações da Região 2.



Junho

a informação volta a circular nos territórios

O segundo mês do trimestre marcou o início da execução direta do Plano de Trabalho. A ATI entrou em campo, retomou o diálogo com as pessoas atingidas, produziu materiais informativos e realizou os primeiros espaços participativos do período.

- **Em 16/06**, foi realizado diálogo virtual com a Instância Regional (EP0010) para apresentação da estrutura da Adai, atualização sobre o Anexo I.1 e organização das agendas;
- **Em 27/06**, a equipe realizou o primeiro espaço participativo presencial, em Betim, se apresentando no território e apresentando o panorama do processo de reparação. Além disso, houve também formação em Governança Popular e distribuição de materiais impressos.
- **Em 27/06**, a equipe esteve nas Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) Ilê Axé Alá Tooloribi (EP0031) e Ilê Asé Babá Jacunam Joei (EP0032), ambas em Juatuba, para acompanhar reunião da Vale S.A. com os atingidos para apresentação do detalhamento de projetos de garantia de acesso à água, inaugurando a atuação da ATI em agendas do Anexo I.3.
- **Em 30/06**, foi realizado espaço virtual que contou com um momento para atualização sobre o Acordo (EP0029), além de uma formação para fortalecer a participação das pessoas atingidas nos processos do Anexo I.1.



Julho

acompanhamento, preparação e presença nas agendas da reparação

A Participação Informada avançou, no mês de julho, na produção e divulgação de conteúdos sobre diferentes temas do Acordo, no acompanhamento de PCTs e no apoio às pessoas atingidas em agendas relacionadas à reparação.

PCTs e Anexo I.3: em 06/07, a equipe acompanhou reunião (EP0035), em Betim, que discutiu sobre alternativa de imóvel para viabilizar execução de iniciativa do Anexo. Já em 08/07, a ATI acompanhou agenda (EP0037), em Igarapé, que dialogou sobre terreno destinado ao projeto de uma UTT.

Governança Popular e Anexo I.1: as equipes da Participação Informada e do Anexo I.1 acompanharam a retomada da Governança Popular. A Adai apoiou inaugurações de Conselhos e Setores e, a partir de 15/07, iniciou espaços preparatórios com conselheiras e conselheiros locais para dialogar sobre os regimentos internos e a etapa de Definição de Projetos.

Acompanhamento de direitos e atores externos: em 21/07, a ATI acompanhou as pessoas atingidas (EP0079) em uma mobilização pelo Novo Auxílio Emergencial (NAE), realizada em Belo Horizonte. A manifestação reuniu atingidas e atingidos das cinco regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias.



Equipe da Adai em espaço preparatório na Comunidade Indígena Aranã, em Juatuba | Diego Cota/Adai Paraopeba

Números do trimestre:

48 Povos e Comunidades Tradicionais	**140** comunidades assessoradas	**6** municípios na Região 2
1 cartilha principal finalizada: "Acompanhando a Reparação"	**4.464** pessoas alcançadas pela divulgação padrão via WhatsApp informada no relatório de junho	**7** espaços/atividades da Participação Informada consolidados no relatório trimestral

Prestação de contas do primeiro trimestre

O Plano de Trabalho da Participação Informada tem orçamento total de R$ 3.641.789,70 para os 18 meses de execução. Os recursos são repassados em parcelas trimestrais. O recebimento de cada parcela depende de a ATI cumprir as condições e metas pactuadas. São seis parcelas: a primeira de 30% do total, as quatro seguintes de 15% e a última de 10%.

Para o primeiro trimestre a ADAI recebeu R$ 1.095.623,35 em 11 de junho de 2026. O recurso foi utilizado para estruturar o projeto, formar as equipes, montar a infraestrutura básica da ATI e, principalmente, nas atividades feitas diretamente com a população atingida.

Entre maio e julho de 2026, foram executados R$ 115.037,91. Isso equivale a 17,5% do orçamento previsto para o trimestre no Plano de Trabalho

(R$ 658.156,37). No período, as equipes foram estruturadas, os fluxos de trabalho organizados e foram criadas as condições administrativas, logísticas e operacionais para o trabalho.

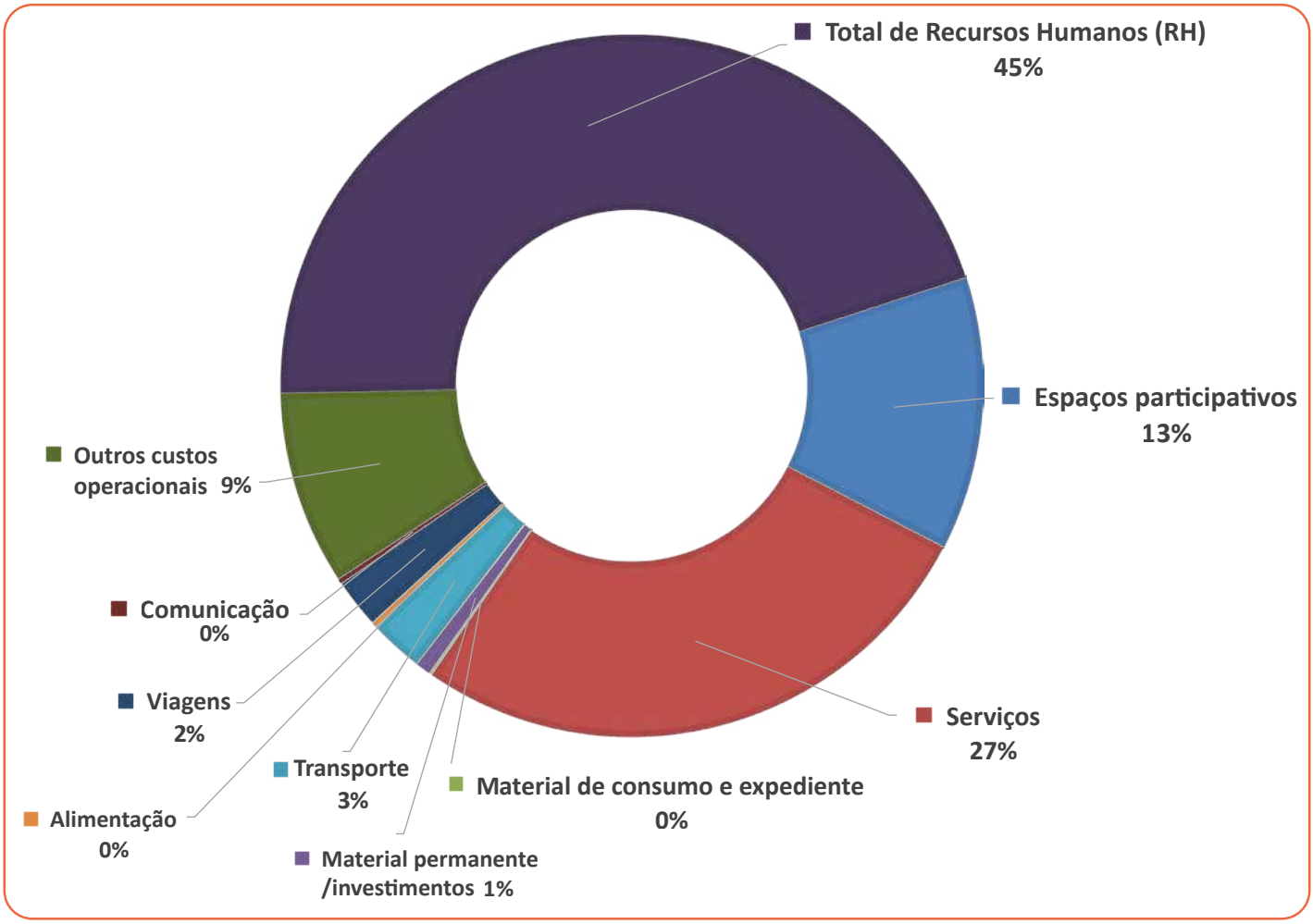
Ao mesmo tempo, foram iniciadas as atividades com as comunidades:

- mobilização, acompanhamento processual e preparação de pautas;
- espaços participativos, sistematização de informações, registros e organização de evidências;
- produção e divulgação de materiais informativos sobre os temas do Acordo Judicial de Reparação Integral;
- acompanhamento dos Povos e Comunidades Tradicionais, com foco nas informações sobre o Anexo I.3.

Os maiores custos da ATI são referentes a Recursos Humanos: salários e demais custos trabalhistas da equipe, principal ferramenta de apoio às pessoas atingidas na busca pela garantia de seus direitos. No trimestre, essa rubrica somou R$ 52.142,51, cerca de 45% do valor executado no Plano da Participação Informada. Outros custos importantes foram Serviços (R$ 31.090,96), Espaços participativos (R$ 14.500,42) e Outros custos operacionais (R$ 10.279,31). Os valores não executados permanecem na conta do projeto, aplicados e reservados exclusivamente para as atividades dos próximos meses.

RUBRICA	ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE	VALOR TOTAL EXECUTADO TRIMESTRE	% ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE X REALIZADO NO 1º TRIMESTRE
Espaços participativos	R$ 40.837,16	R$ 14.500,42	35,50%
Serviços	R$ 43.929,96	R$ 31.090,96	70,80%
Material de consumo e expediente	R$ 1.819,20	R$ 127,89	7,00%
Material permanente/investimentos	R$ 24.321,44	R$ 830,13	3,40%
Transporte	R$ 27.854,45	R$ 2.879,84	10,30%
Alimentação	R$ 3.378,77	R$ 298,45	8,80%
Viagens	R$ 1.422,64	R$ 2.592,60	182,20%
Comunicação	R$ 7.291,04	R$ 295,80	4,10%
Outros custos operacionais	R$ 14.955,51	R$ 10.279,31	68,70%
Total de Recursos Humanos (RH)	R$ 456.810,06	R$ 52.142,51	11,40%
Reserva de contingência (5%)	R$ 35.536,10	R$ 0,00	0,00%
Total	R$ 658.156,37	R$ 115.037,91	17,50%

Valor total executado trimestre (%)



No fim do trimestre, a Adai contava com 34 profissionais contratados para todo o projeto. Alguns atuam exclusivamente nas atividades do Plano da Participação Informada, outros só no Anexo I.1, e há profissionais compartilhados entre os dois Planos. Os custos referentes aos profissionais compartilhados, que atuam nas áreas de coordenação e gestão, comunicação, administrativo e financeiro e tecnologia da informação, são divididos proporcionalmente entre os dois Planos de Trabalho. A equipe exclusiva da Participação Informada conta com cinco assessoras e assessores técnicos multidisciplinares e a coordenação da equipe, e são mantidos com recursos provenientes unicamente deste Plano de Trabalho.

Prestar contas é demonstrar, com documentos, o que foi realizado e como cada recurso foi utilizado. Todo mês, a Adai envia seus relatórios, a relação de pagamentos e os comprovantes das despesas à Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) e à auditoria independente EY, que acompanham e conferem a execução do projeto. A cada trimestre, essas informações são consolidadas em um relatório trimestral.

Sistema de Participação: Autonomia e construção coletiva

Na Região 2, a participação das pessoas atingidas é construída a partir da organização nos territórios, fortalecendo o diálogo, a representação e a tomada coletiva de decisões. Esse processo envolve 140 comunidades assessoradas, incluindo 47 Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que encontram nas Comissões espaços de articulação, debate e deliberação sobre temas relacionados à reparação. Atualmente, o Sistema de Participação conta com 45 Comissões Locais distribuídas entre os municípios de Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme, além de três Comissões específicas voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais: indígena, quilombola e PCTRAMA (Povos e Comunidades Tradicionais de Religião Ancestral de Matriz Africana). Essas estruturas contribuem para fortalecer a autonomia das comunidades, garantir a diversidade de vozes e ampliar a participação das pessoas atingidas nos processos de reparação. É importante destacar que as Comissões são referências para a organização territorial, que atuam desde 2019 no exercício da participação social, mas possuem papel distinto dos Conselhos e Setores que compõem a estrutura Governança Popular do Anexo I.1. Juntas, essas diferentes instâncias ajudam a construir uma participação democrática, coletiva e enraizada nos territórios da Região 2.



“Se podes olhar, vê. Se podes ver. Repare

- José Saramago



PROJETO PARAOPEBA ADAI

Anexo I.1
Projetos de demandas das comunidades atingidas

Governança Popular: quem decide os projetos?

Acesse o site Adai Brasil

O Anexo I.1 é a parte do Acordo Judicial de Reparação Integral que destina recursos para projetos definidos diretamente pelas comunidades atingidas, além de linhas de crédito e microcrédito. Na Região 2, a Governança Popular está organizada em Conselhos e Setores, que atuam em diferentes escalas. Os Conselhos Locais discutem as prioridades e os projetos de cada território; o Conselho Regional é composto por representantes dos Conselhos Locais, articula as demandas dos municípios e delibera sobre iniciativas de abrangência regional.

Os Setores garantem espaços específicos para Povos e Comunidades Tradicionais e outros segmentos previstos na governança. Também se organiza em Setores Locais e Setor Regional. **Os Conselhos e Setores da Região 2 foram inaugurados, avançaram na priorização de danos, no levantamento, na validação de ideias de projetos e na definição dos projetos da primeira onda do Anexo I.1.**



14 Conselhos Locais na Região 2

1 Conselho Regional da Região 2

2 Setores Locais da Região 2

1 Setor Regional da Região 2

Anexo II.1
Recuperação Socioambiental

PEABP: Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP) integra a reparação socioambiental do Anexo II.1 e é uma obrigação de fazer da Vale. O programa deve ocorrer nos 26 municípios atingidos e tem como objetivo criar e fortalecer uma rede de educação ambiental, contando com 5 projetos executivos para públicos diversos, como jovens, professores, gestores escolares, agricultores, produtores rurais e lideranças comunitárias.

Entre os projetos, estão os **Coletivos Educadores Municipais, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Formação Continuada em Educação Ambiental no âmbito da Educação Formal, Educação Ambiental em Territórios Rurais, Educação Ambiental nas comunidades de Brumadinho.**

O Programa já foi iniciado e está em curso a fase do Diagnóstico Socioambiental Participativo, que é uma pesquisa, com escuta da população, para compreender as percepções socioambientais e o cenário da educação ambiental nos municípios. No momento, estão sendo realizadas oficinas, chamadas de mobilizações formativas, para apresentação do Programa e dos próximos passos. Na Região 2, foram realizadas oficinas em Juatuba, Betim, Igarapé, Mateus Leme e Mário Campos e outras agendas estão previstas para as próximas semanas.

Saiba mais e acesse o cornograma aqui.

Anexo I.3
Projetos para a Bacia do Paraopeba

Projetos para a Bacia: o que está em andamento na Região 2?

O Anexo I.3 reúne projetos de fortalecimento dos serviços e das políticas públicas nos municípios atingidos da Bacia do Rio Paraopeba. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) realiza a auditoria socioeconômica das iniciativas e acompanha aspectos da execução física e financeira.

Entre as 92 iniciativas registradas, 70 ainda estão em execução. São Joaquim de Bicas possui o maior número de iniciativas concluídas, com **05 (cinco)**. Betim, Igarapé e Juatuba possuem **04 (quatro)** iniciativas concluídas cada, enquanto Mário Campos possui **03 (três)**.

Os dados mostram que a execução dos projetos ainda enfrenta dificuldades. Somadas, as iniciativas atrasadas e aquelas sem avanço físico chegam a **34 registros, correspondendo a 37% do total analisado.**

Como está a execução dos projetos do Anexo I.3 na Região 2?

De acordo com os dados oficiais divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme (para PCTs) e São Joaquim de Bicas possuem, juntos, **92 registros de iniciativas do Anexo I.3.**

Desse total:

- **20** concluídas (21,7%);
- **27** em execução pela Vale (29,3%);
- **29** em execução pelas prefeituras (31,5%);
- **14** em execução conjuntamente pelas prefeituras e pela Vale (15,2%);
- **02** canceladas (2,2%).

Acesse o site da auditoria no QR-code acima.

Anexo II.2
Compensação socioambiental dos danos já conhecidos

Saneamento básico: quanto cada município tem disponível?

O Programa de Universalização do Saneamento Básico na Bacia do Paraopeba utiliza recursos do Anexo II.2 do Acordo Judicial de Reparação. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD) é responsável pela gestão do programa e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) atua na operacionalização financeira e no apoio técnico aos municípios.

Os recursos são não reembolsáveis e podem financiar projetos e obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem urbana, conforme as regras do edital. Para receber os recursos, cada município precisa aderir ao programa, apresentar os projetos, atender às exigências técnicas e cumprir as etapas de análise, licitação e execução.

Para a Região 2, os valores do edital somam aproximadamente R$ 548,4 milhões, considerando os recursos da conversão da obrigação de fazer e a contribuição financeira para projetos.



- **Betim:** cerca de R$ 226,35 milhões;
- **Igarapé:** cerca de R$ 86,68 milhões;
- **Juatuba:** cerca de R$ 55,80 milhões;
- **Mário Campos:** cerca de R$ 17,02 milhões;
- **Mateus Leme:** cerca de R$ 75,97 milhões;
- **São Joaquim de Bicas:** cerca de R$ 86,56 milhões.

Mário Campos possui uma situação específica: além dos recursos do Anexo II.2, foram destinados R$ 50 milhões adicionais do Anexo IV do Acordo Judicial para o fortalecimento do saneamento básico no município. Esse recurso tem origem distinta e não integra o valor de R$ 17,02 milhões previsto no edital do Programa Saneamento do Paraopeba.

IMPORTANTE

Os valores acima correspondem aos valores-base do edital. O painel do BDMG apresenta os valores atualizados e permite acompanhar quanto já foi comprometido, liberado e quanto ainda está disponível para cada município.

E AGORA?

Cada prefeitura é responsável por definir e apresentar ao BDMG os projetos que pretende executar, observando o Plano Municipal de Saneamento Básico e as regras do programa. Os municípios da Região 2 estão em diferentes etapas de planejamento e apresentação dessas propostas. **O prazo atualmente informado pelo BDMG para aprovação dos projetos é 31 de outubro de 2026.**

ACOMPANHE

O BDMG disponibiliza informações sobre o programa e o andamento dos projetos dos municípios.

Anexo I.3 para Povos e Comunidades Tradicionais

Participação e acompanhamento

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) tiveram uma etapa específica da Consulta Popular para indicar prioridades de reparação socioeconômica do Anexo I.3, considerando suas formas próprias de organização e suas especificidades culturais e territoriais.

Realizada em 2022, a consulta **permitiu que cada comunidade discutisse coletivamente suas prioridades.** Na Região 2, participaram PCTs de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas.

Na Região 2, a Adai acompanha atualmente reuniões e etapas relacionadas às iniciativas destinadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, apoiando o acesso à informação, a participação das comunidades e o acompanhamento do andamento dos projetos.

Acesse o site da auditoria no QR-code acima.

Você conhece o selo da Reparação?

As obras, equipamentos e outras entregas realizadas com recursos dos Anexos I.3 do Acordo Judicial de Reparação devem ser identificados com o Selo Reparação Brumadinho.

O selo ajuda a população a reconhecer que aquele investimento é resultado das medidas de reparação pelos danos causados pelo rompimento das barragens da Vale S.A.

As obras também possuem um modelo próprio de placa de identificação, que deve informar sua vinculação ao Acordo Judicial de Reparação Integral e seguir a identidade visual da Reparação. As placas devem trazer informações sobre o projeto e sua execução e fazer referência à memória das 272 joias, vítimas fatais do rompimento.

A presença dessa identificação também é acompanhada pela auditoria da FGV nas **vistorias dos projetos executados** pelas prefeituras.

Viu uma obra ou equipamento da reparação sem identificação?

Comunique à FGV Auditoria pelo e-mail escutaparaopeba@fgv.br ou com o **apoio da Assessoria Técnica Independente.**

O uso correto do selo e das placas **contribui para a memória, transparência e controle social,** permitindo que as pessoas atingidas reconheçam e acompanhem onde os recursos da reparação estão sendo aplicados.

Confira o selo da reparação aqui.

SELO

REPARAÇÃO BRUMADINHO

PLACA DE OBRAS



VINCULAÇÃO COM O PLANO DE TRABALHO DA PARTICIPAÇÃO INFORMADA.

A proposta dialoga diretamente com três frentes previstas no Plano de Trabalho da Participação Informada:

Meta 1 / PI-ATV1.1
Meta 2 / PI-ATV2.1
Meta 5 / PI-ATV5.1
Meta 6/PI-ATIV06

A proposta dialoga diretamente com três frentes previstas no Plano de Trabalho do Anexo I.1:

Meta 5 / I.1-ATIV05
Meta 3 / I.1-ATIV03
Meta 14 / I.1-ATIV14

PROJETO PARAOPEBA ADAI


FIDAI
Bem-vindas e bem-vindos a este primeiro espaço preparatório realizado pela Assessoria Técnica Independente ADAI.
Inicialmente, convidamos todas e todos a fazerem **um minuto** de silêncio em respeito, memória e busca por justiça pelas 272 joias que perderam suas vidas no rompimento da barragem, bem como por seus familiares e entes queridos.




PROJETO
PARAOPEBA
ADAI